



O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Havendo número regimental, declaro iniciada a 9ª Reunião de Audiência Pública do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, solicitada por esse Comitê.

A Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018, prevê, no § 1º do art. 121, que a Comissão Mista poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou do desbloqueio de contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves.

Por esse motivo, esta Comissão convocou esta audiência pública, com a finalidade de ouvir representantes dos órgãos gestores e do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves, a IGP, apontados pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 1.659/2017 - TCU/Plenário, sob a responsabilidade de diversos órgãos e entidades.

Ontem, dia 28 de novembro, ouvimos os seguintes órgãos: Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT.

Hoje, ouviremos os representantes da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ; da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia — HEMOBRÁS; do Ministério da Integração Nacional e da ELETROBRAS Eletronuclear.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que cada um dos palestrantes disporá de 10 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas.

Segundo o art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas as réplicas e as trélicas pelo mesmo prazo.



Neste momento, convido para compor a Mesa o representante da FIOCRUZ, Sr. Artur Roberto Couto, Assessor do Bio-Manguinhos, e o representante do TCU relativamente ao projeto, o Sr. Bruno Martinello Lima.

Além disso, já para ganhar tempo, gostaria de compor a Mesa com o Gerente de Administração da HEMOBRÁS, Gustavo Cavalcanti Simoni, e o representante do TCU, pedindo-lhes para que se sentem na primeira fila. (*Pausa.*) O representante do TCU também será o Sr. Bruno Martinello Lima. Sejam bem-vindos!

Após a área de saúde, vamos compor a segunda Mesa com os representantes do setor elétrico e do setor de infraestrutura, este representado pelo Ministério da Integração Nacional.

É com muita satisfação que recebi a indicação para coordenar e presidir o COI — Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades, tendo consciência de que, neste momento, podemos debater assuntos fundamentais, para que possamos dar ao País condições de bem desenvolver e liberar as obras que estão encaminhadas. Isso deve ser feito o mais brevemente possível, resultando no bônus de que a população brasileira tanto necessita. Assim, que sejam feitas as liberações e a correção das irregularidades que, porventura, tenham sido apontadas pelo nobre TCU.

Srs. Parlamentares, senhores convidados, em primeiro lugar, quero agradecer a todos a presença e dizer da nossa satisfação, da nossa honra em tê-los conosco, para ajudar-nos na missão de avaliar essas obras.

Antes de seguir com as etapas regimentais da audiência, queria dizer umas breves palavras de apresentação — e serão realmente muito breves, porque esta audiência e a da manhã são verdadeiras maratonas. Por isso, precisamos iniciar logo os trabalhos.

Já fiz esta pequena apresentação na audiência de ontem, mas trato do assunto hoje também, em atenção aos convidados e aos Parlamentares que nos visitam pela primeira vez hoje.

Essas maratonas são reflexo da importância do trabalho que desenvolvemos aqui na Comissão de Orçamento, que verifica os indícios de problemas na condução de tantas obras e serviços.



Eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura Nacional, como servidor público concursado da área — sou Analista de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão —, como Senador da República, não posso deixar de discutir, com toda a ênfase, com toda a tranquilidade, as correções necessárias para que sejam realizadas obras boas, obras perenes na nossa sociedade.

É um trabalho difícil e, muitas vezes, pouco compreendido e muito criticado, mas é essencial ao País. Quando tratamos da possibilidade de bloqueio da execução de obras, por meio de orçamento, estamos falando de ação preventiva, para evitar que o prejuízo vire fato consumado e o País tenha que pagar por aquilo que não é devido, ficando anos a fio para recuperar essa perda.

Que se evite também, nobre Deputada Laura Carneiro, que um projeto com problema se transforme num esqueleto inacabado ou cause um dano ambiental irreparável. Nós só fazemos isso quando comprovamos que o prejuízo que se evita agora é bem maior do que os enormes custos que tem uma paralisação.

São decisões difíceis, mas o histórico dos trabalhos mostra que muitos prejuízos foram evitados e várias mudanças positivas na gestão das obras públicas foram induzidas pelo rigor do Congresso Nacional na avaliação das obras.

Nos casos em que o Congresso ou o Executivo ignoraram os nossos avisos preventivos, o resultado foi de prejuízos milionários e de escândalos de corrupção, que ainda abalam a vida política e econômica do nosso País.

Diante desse quadro, as audiências têm um papel central. Aqui, os principais pontos da fiscalização do TCU são apresentados e debatidos; os argumentos sobre os prejuízos e a paralisação são apresentados; e as dúvidas dos Parlamentares são levantadas.

Existem casos em que as audiências chegam até a descobrir fatos novos que a própria fiscalização desconhecia. Por exemplo, ano passado, nós detectamos em uma audiência que as garantias oferecidas à PETROBRAS pelas empreiteiras, para cobrir o prejuízo já comprovado, não estavam sendo executadas como deveriam.

Nossa pauta hoje é muito variada em termos de setores. É especialmente importante a discussão de obras estratégicas da área de saúde, que são projetos cuja conclusão é uma grande preocupação desta Comissão. Precisamos ajudar a



saúde pública deste País. Então, precisamos de vacinas e, conseqüentemente, que a HEMOBRÁS funcione de forma adequada.

Por isso, o TCU está aqui. E nós Parlamentares vamos estar aqui para colaborar para que isso avance.

Nós pedimos aos senhores que apontem as questões principais, quais os indícios mais graves e que sugerem estarmos diante de prejuízos que podem ser irreversíveis. Se esses indícios, na visão do gestor, não representam irregularidades, quais as razões para isso, então? Quais as razões existentes para que, mesmo com as irregularidades, a obra continue?

Nós vamos formular também as nossas próprias perguntas aos participantes sobre cada obra, enfatizando as dúvidas e os pontos principais da deliberação do nosso Comitê.

Enfim, hoje, temos muito esforço diante de nós. Eu reitero as nossas boas-vindas e os nossos agradecimentos aos presentes.

Vamos, então, dar início à audiência.

Como serão os trabalhos? O TCU vai expor a crítica. No caso aqui, quero sugerir, já que se trata de duas obras da área de saúde, que o TCU faça a crítica às duas obras. Primeiro, comece com a obra da FIOCRUZ e, depois, com a da HEMOBRÁS, na sequência de sua fala. Depois, ouviremos o representante da FIOCRUZ; em seguida, o representante da HEMOBRÁS.

Logo após, a palavra vai ser franqueada aos nobres Parlamentares, para que possam fazer seus questionamentos. A Mesa também vai fazer aqui algumas perguntas. Depois, os convidados retornam para as conclusões finais, começando pela FIOCRUZ, pela HEMOBRÁS, concluindo-se com o TCU, como foi feito ontem.

Com a palavra o nobre e jovem representante do TCU, Bruno Martinello Lima, que tem, teoricamente, 10 minutos para cada uma das falas. Se o senhor conseguir sintetizá-las em 15 minutos, melhor para a Mesa, que aqui ganha 5 minutos.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Boa tarde. Cumprimento o Exmo. Senador Hélio José; os Exmos. Parlamentares aqui presentes e os colegas da Mesa, senhores representantes da FIOCRUZ e da HEMOBRÁS. Agradeço a oportunidade que é dada ao TCU de apresentar o resultado de seus trabalhos.



Dando início com a FIOCRUZ, peço licença para fazer minha exposição em pé.

(Segue-se exibição de imagens.)

Início fazendo referência à construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos, um empreendimento que está sendo executado no Município do Rio de Janeiro. É gerido pela Fundação Oswaldo Cruz, mais especificamente pelo Instituto Bio-Manguinhos, que é uma unidade técnico-científica da FIOCRUZ. Simplificando, trata-se de uma fábrica de vacinas, fármacos, entre outros produtos que o empreendimento se presta a produzir. A estimativa inicial da obra, em 2010, era de 800 milhões de reais. Tal valor foi para o PPA de 2012/2015. Estudos atuais apontam para um valor estimado de 3,4 bilhões de reais, cerca de quatro vezes a mais do que o valor inicial. E vou comentar um pouco mais sobre isso durante os achados.

O prazo de execução da obra é indefinido, porque ainda há questões do projeto executivo sendo detalhadas. Dos contratos que já estão em vigor, alguns foram executados em parte — projeto conceitual, projeto básico executivo, aquisição do terreno, terraplanagem, estaqueamento, equipamentos, entre outros contratos em vigor.

Quanto ao modelo de financiamento, há previsão de recursos de 800 milhões de reais já no PPA, mas, tendo em vista que o valor estimado do empreendimento aumentou, o modelo de financiamento do restante está indefinido, embora haja estudos sobre isso.

Adentrando, então, nas irregularidades, o TCU identificou quatro irregularidades graves. Por meio do seu Plenário, o TCU entendeu que a irregularidade primeira, a não comprovação da viabilidade econômica e financeira do empreendimento, se enquadra como IGP, com recomendação de paralisação. Mas, devido às questões sociais, econômicas e financeiras que permeiam o empreendimento, o TCU a reclassificou para IGC, o que não prejudica a continuidade do empreendimento.

O que nós encontramos acerca desse achado? Ainda em 2010, houve a decisão de se construir o empreendimento em tela. Em 2011, começaram a ser feitas as contratações dos projetos. Em 2012, houve a alocação da previsão dos



recursos no PPA. Em 2014, foi feita a aquisição de alguns equipamentos e a discussão do modelo de financiamento, que seria complementar — *built to suit*. Em 2015, houve a execução de terraplanagem e o estaqueamento. Somente ao final de 2015, houve a contratação de um estudo de viabilidade técnico-econômica para o empreendimento.

O estudo era para ter sido feito lá atrás, antes de ser tomada uma decisão. Passaram-se 5 anos antes que ele tivesse sido feito. E o TCU entendeu que a demora nesse estudo foi uma falha grave de planejamento.

O projeto executivo deficiente está atrelado ao achado anterior. Da mesma forma, o Tribunal entendeu que era razão para reclassificar a obra como IGC, devido às questões sociais e econômicas, como já mencionei.

As irregularidades foram relacionadas basicamente a deficiências no orçamento da obra; à ausência de composição de custos unitários; a serviços sem detalhamento de quantitativos, ou seja, definidos com unidade verba; ao BDI único para materiais e serviços; e à falta de referência ao SINAPI.

Essas questões relativas ao orçamento impedem que se tenha precisão do valor estimado da obra, como eu apontei lá atrás. Então, diante desse contexto, o TCU também entendeu que essa é uma irregularidade grave.

O terceiro achado foi a execução de etapas da obra, como a aquisição de equipamentos em desconformidade com o cronograma. No caso aqui, entendeu-se que foram antecipadas algumas etapas, precisamente em relação à aquisição de alguns equipamentos, que foram feitos mesmo antes do início das obras civis, sem que se tivesse um projeto executivo completo, sem a contratação e o modelo de financiamento dessas obras, razão pela qual alguns equipamentos podem vir a perder garantia, ficar obsoletos. Isso tem custo de manutenção.

O TCU entende que o fluxo normal do estudo de viabilidade, primeiro; depois, a realização do projeto básico; e, aí, sim, o detalhamento no executivo das obras, em paralelo eventualmente com aquisições, foi subvertido. Assim, no primeiro projeto básico, houve aquisições antes do início das obras e do detalhamento dos estudos de viabilidade do projeto executivo.

Por fim, o TCU entendeu que esse último achado é, sim, motivo para paralisação da obra — IGP —, que é a contratação irregular de fundação de apoio



como intermediária. O Instituto Bio-Manguinhos estava se valendo de sua condição de fundação de apoio da FIOCRUZ, na verdade, para fazer subcontratações dos projetos, para projeto conceitual, executivo. Há um possível dano, na visão do Tribunal, de 4,2 milhões de reais, além de ausência de correlação entre o objeto contratado, na que estaria a ilegalidade, e atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional.

É o Acórdão nº 2.008, de 2017, do Plenário da Corte, da sessão de 13 de setembro. O Relator é o Ministro Benjamin Zymler. Como medida corretiva, foi deliberada a anulação do Contrato nº 70, de 2016, para ser retirada a chancela de IGP na visão do Tribunal.

Passo a tratar agora da HEMOBRÁS. A fábrica da empresa está sendo construída na cidade de Goiana, em Pernambuco. É gerida pela Empresa Brasileira de Hemoderivados, vinculada ao Ministério da Saúde. O contrato que estava vigorando era o de nº 2, de 2011, para o qual foi dada a IGP. O valor do contrato atualizado é de 373 milhões de reais.

Essa IGP foi dada no ano passado ainda. Nós estivemos aqui para falar sobre ela no ano passado, por meio do Acórdão nº 2.958, de 2016, do Plenário do TCU. E o que encontramos, ainda em 2016? Foram pagamentos de medições em desacordo com os critérios definidos. Houve a inversão de cronograma, critérios inadequados para recebimento dos bens ou que não estavam previstos no contrato; ou, de modo diferente, quantitativos que não estavam previstos e foram executados, assim como serviços com qualidade deficiente que foram recebidos indevidamente. Além dessas irregularidades, houve um grande atraso no empreendimento, não se trata de um mero atraso.

À época da fiscalização, em 2016, havia 70% de execução financeira, não se sabe se física, porque houve diversas questões relativas a adiantamento de pagamentos e a serviços que estavam sendo questionados. Por isso, certamente, a execução física era menor do que isso.

Era uma obra prevista para ser concluída em 2013, mas, em 2016, ela ainda estava com 70% de execução financeira. Pelo ritmo que vinha sendo executada, a projeção de conclusão seria 2023.



A última irregularidade era com relação aos termos aditivos e à planilha orçamentária, que não refletiam os serviços necessários para a conclusão da obra. Havia diversos serviços previstos e que não estavam abarcados no contrato. Eles não estavam fazendo a formalização por termos aditivos, executando esses serviços à margem da planilha contratada.

O acórdão que ratificou a IGP é o Acórdão nº 145, de 2017, também do Plenário do TCU. Data da sessão: 1º de fevereiro de 2017. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

A primeira medida corretiva já foi adotada pela HEMOBRÁS, que era não prorrogar a vigência desse contrato. Se não me engano, o prazo encerrou-se no final do ano passado e o contrato não foi prorrogado. Então, o Tribunal deu um prazo para a HEMOBRÁS tomar algumas medidas com relação a esse contrato. A IGP não está no empreendimento, mas, sim, nesse contrato, que já está com sua vigência expirada.

A medida corretiva foi instaurar e concluir processo administrativo para apurar e quantificar possíveis prejuízos advindos dessas irregularidades narradas e apresentar os procedimentos para o ressarcimento ao Erário.

Essa é a nossa visão a respeito desses dois empreendimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Sr. Bruno Martinello. Parabéns pela apresentação.

Concedo a palavra ao Sr. Artur Roberto Couto, da FIOCRUZ, para fazer sua apresentação. O senhor tem até 10 minutos para contestar, para dizer o que for necessário, a fim de dar uma visão importante ao Brasil de como é a FIOCRUZ.

Se Deus quiser, nós vamos dar continuidade a essa obra tão importante como centro de distribuição de vacinas.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Quero cumprimentar o Senador Hélio José, o Gustavo, o Bruno e os Deputados presentes.

Nós temos acompanhado o assunto por meio de nosso Vice-Presidente de Produção, Dr. Marco Krieger, de nosso chefe de gabinete e também do ex-Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional Pedro Barbosa.



Encontram-se aqui presentes um representante da Fundação Getúlio Vargas, que nos ajudou e vem nos apoiando nos estudos de viabilidade econômica, desde 2010, e também o representante Álvaro, do escritório Jacoby, que vem nos apoiando como modelo jurídico.

Vou fazer a apresentação do projeto e focar nos quatro pontos tratados pelo TCU. Acho importante passar uma visão geral da FIOCRUZ, sobre o projeto e o que nós estamos fazendo, porque esta é uma oportunidade interessante e vale a pena, mas vou procurar fazê-lo dentro dos 10 minutos.

(Segue-se exibição de imagens.)

O empreendimento de que nós estamos falando é o Novo Centro de Processamento Final de Bio-Manguinhos, que está localizado em Santa Cruz. Esse Centro vem, principalmente, para atender a uma demanda dos órgãos regulatórios, já que as nossas plantas atuais não estão em conformidade, mas elas estão sendo questionadas por alguns órgãos regulatórios. Então, nós fomos instados a buscar um novo centro, onde nós pudéssemos fazer a produção de nossas vacinas, de nossos biofármacos. Desse Centro, portanto, é que nós estaremos falando.

Esta é uma visão atual de como ele está hoje. Nós já fizemos, dos recursos que nós recebemos, via PPA, toda a parte de terraplanagem, estaqueamento. A obra está em pleno andamento. Nós estamos trabalhando com ela. Depois eu vou mostrar as etapas já concluídas desse projeto.

Neste eslaide apresento, de forma muito rápida, a nossa missão, a nossa visão e os nossos valores. Eu vou deixar a apresentação aqui para ser consultada depois pelos senhores

Aqui é o Bio-Manguinhos em números. É importante apresentá-los para os senhores. O Bio-Manguinhos é da FIOCRUZ. A FIOCRUZ hoje tem 13 mil funcionários e o Bio-Manguinhos, em torno de 1.600 funcionários. É um grupo qualificado, com 99 doutores, 220 mestres e 354 pós-graduados. Hoje, temos no nosso portfólio 10 vacinas, 15 reativos e 5 biofármacos. Trabalhamos numa área de aproximadamente 74 mil metros quadrados.

O nosso portfólio é composto de 10 de vacinas. Vale ressaltar que essas vacinas significam hoje quase 60% de todas as vacinas utilizadas no Programa Nacional de Imunizações. Temos um portfólio com 15 reativos para diagnóstico,



também para atender às necessidades do Ministério da Saúde, e 5 biofármacos. É aí que começam os nossos problemas. Dada a demanda do Ministério da Saúde para atender às necessidades de várias Secretarias, a nossa planta hoje não comporta mais e aí nós temos que buscar uma nova instalação.

Também atuamos no mercado internacional. Como nós somos o maior produtor de vacinas de febre amarela no mundo, nós atuamos no mercado internacional. Exportamos hoje para 74 países, principalmente para a África. Estamos atendendo diversos países.

Este aqui é o Novo Centro, onde vou tentar me ater. Esse centro, o que ele significa?

O terreno é de aproximadamente 580 mil metros quadrados em Santa Cruz, como eu disse. Esse Centro vai gerar em torno de 1.500 empregos quando estiver em plena operação. E, no momento de construção, nós estimamos que teremos, pelo menos, 5 mil postos de trabalho. Não só é um empreendimento importante para o País, como também para o Rio de Janeiro. A área construída será de 216 mil metros quadrados e o investimento total, como já foi mencionado aqui pelo Bruno, é estimado em 3,4 bilhões de reais. Só foi possível chegar a esse número depois que nós terminamos o nosso projeto executivo. E aí eu vou mostrar mais na frente como nós chegamos lá.

Quais foram as motivações que nós tivemos para fazer esse Centro?

Primeiro, como eu disse anteriormente, era necessário fazer a expansão da nossa atividade de produção. Hoje, onde estamos, não temos condições de produzir. Então, para aumentar a capacidade de produção, precisamos fazer esse Centro. Hoje não estamos em conformidade com os controles adicionais exigidos hoje pela ANVISA, FDA e EMA.

Temos necessidade de aumento de capacidade para atender às necessidades do Ministério da Saúde, com maior segurança operacional e, obviamente, menor custo de produção, além de flexibilidade na capacitação para expansões futuras.

Nesse projeto, o que fizemos até o momento?

Nós já temos toda a modelagem econômica e jurídica. E aí, quando é apontado no Achado do TCU que essa modelagem não estava pronta, realmente,



não estava. Depois que foi feita a inspeção, nós estamos trabalhando para responder ao TCU, dentro do prazo nosso, que é até o dia 4 de dezembro, com todas essas informações. Então, a modelagem jurídico-econômica está concluída.

A estruturação do *built to suit* é feita com o apoio do escritório Jacoby e com a FGF, e também já está concluída.

Nós temos o projeto básico e o projeto executivo concluídos. E, aí, entra mais uma informação. O projeto executivo, embora estivesse pronto, nós não podíamos apresentar o Capex da forma como a empresa americana que fez o projeto nos apresentou. Ele não seguia o que manda a Lei nº 8.666. Então, isso voltou para ele e nós terminamos o projeto, em 2016, com alguns detalhes para serem terminados, e o Capex não estava em acordo. Por isso, nós não aceitamos e pedimos que ele entregasse. Mas hoje temos o Capex totalmente pronto e conforme manda a lei.

Inventário florístico, licença ambiental, licença prévia, terraplanagem de primeira fase, sondagem, estaqueamento, prova de cargas, todas essas são etapas concluídas no projeto e estão em pleno andamento.

Linhas de equipamento. vou mostrar mais à frente por que nós fizemos isso, as aquisições das linhas de Várzea. Eu estou falando de grandes linhas de produção. Não são equipamentos de prateleiras, são equipamentos de produção que você não encontra, então, você precisa ter uma definição. Isso, nós tínhamos que definir e comprar.

Algumas etapas ainda estão em andamento: a submissão do projeto para a ANVISA — que o vem acompanhando, mas ela, em algum momento, vai ter que dar o o.k. —, a terraplanagem de segunda fase, a aquisição de isoladores, o edital para a chamada pública, que nós pretendemos colocar, no início do ano, já para modelo BTS. Já estamos com o edital, mas sob análise. É o edital para a contratação do investidor. E, neste momento, estamos trabalhando com a contratação dos blocos e cintas, para podermos fazer a última etapa dentro do PPA, como nós tínhamos previsto.

Nos Achados do TCU, o que nós temos?

No primeiro Achado, o TCU determina: “*Definir e detalhar o modelo de financiamento do empreendimento (se privado, público ou misto), pontuando, se for o caso, os direitos e obrigações do parceiro privado e do ente público (..)*”.



O modelo com que estamos trabalhando é misto, já que nós temos dinheiro do PPA e nós estamos trabalhando com BTS para captar recursos de investidor para fazer essa obra.

Esse modelo está definido. Então, nós temos aqui: o modelo de contratação, que será uma licitação internacional, dentro do modelo de RDC com menor pagamento mensal. É um contrato de locação por construção ajustada em que o investidor privado terá que nos disponibilizar os recursos para poder construir o empreendimento, contratar a execução da obra e entregar o Novo Centro para o Bio-Manguinhos, e receber obviamente a amortização deferida no tempo.

Eu estou fazendo um resumo, mas esse trabalho vai ser entregue completo para o TCU dentro do prazo que nós estabelecemos.

E qual seria a obrigação do Bio-Manguinhos? Ceder o terreno, adquirir e instalar os equipamentos de produção, receber e operar o Novo Centro, que passa a ser obrigação nossa, e obviamente pagar a amortização diferida no tempo.

Esse cronograma que nós estamos estabelecendo, então, é o cronograma da obra. É o que indica que nós concluímos os projetos, EVTE e a modelagem agora, ainda no segundo semestre de 2017. Pretendemos começar a consulta pública da licitação no primeiro semestre de 2018. E aí tem todo o cronograma de construção, com todas as estratégias, inclusive com desembolso. Novamente digo que estou fazendo um resumo do que será apresentado. Mas esse é o cronograma do empreendimento conforme nós estamos trabalhando.

Contratação e modelo de financiamento — locação por construção ajustada. Ele é adequado para esse projeto por quê? Porque é um modelo internacionalmente consagrado para o tipo de negócio que se pretende construir, uma unidade fabril específica, sob medida, com diluição do custo de investimento em longo prazo.

Por que nós estamos fazendo isso, optamos por esse modelo e discutimos com o Ministro Benjamin Zymler?

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Peço que conclua.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Sr. Presidente, eu vou precisar de mais uns 5 minutos para fechar.



Com a dificuldade de financiamento público, nós tínhamos que buscar um caminho, esse é um caminho que já está consagrado e aprovado por lei e hoje já existem alguns investimentos trabalhando com isso.

Outro achado do TCU é a conclusão do estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira para a implantação do novo CPFII. Aqui vale mais uma ressalva. O primeiro estudo que nós fizemos foi em 2010, quando nós estávamos trabalhando para a empresa pública Bio-Manguinhos. Nós fizemos um estudo que contemplava todos os investimentos do Bio-Manguinhos e investimentos futuros, com a ajuda da FGV. Fizemos uma reavaliação desse estudo, em 2015, já com mais dados sobre esse empreendimento. E agora nós concluímos a revisão, em 2017, considerando todo o Bio-Manguinhos.

Qual era o ponto que o TCU colocava para nós? Que nós tínhamos que ter um estudo de viabilidade, que eles chamam de *greenfield*, ou seja, do campo. E nós achamos que não, porque não é uma planta separada, é uma planta que faz parte do conjunto de Bio-Manguinhos. Esse era o questionamento.

Mas o estudo de viabilidade está concluído e nós o temos aqui. Digo novamente que é um resumo, mas ele já mostra aqui, desde 2005, a nossa receita bruta. E aí tem um traço onde demonstramos, a partir da introdução do novo CPFII, como elevar o faturamento e, aí sim, nós podemos arcar com os custos do empreendimento com o pagamento do aluguel. Esse estudo está concluído e também será entregue ao TCU.

O TCU também coloca que nós somos muito dependentes das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo — PDP. Nesse estudo nós mostramos que as PDP são importantes e vão continuar sendo importantes para nós, mas elas não representam, em termos de receita, grandes coisas para nós. Elas representam hoje 12%, e pode ser que suba essa participação, mas não impacta significativamente no nosso resultado, porque nós temos hoje vacinas e biofármacos que já deram resultados. Então, não somos dependentes das PDP, nós as colocamos aqui porque foi um achado do TCU.

Outro ponto que o TCU coloca é em relação ao Capex. Como eu disse anteriormente, nós não tínhamos como aperfeiçoar o Capex, porque ele estava em desacordo com o que diz a lei. Hoje esse Capex está concluído, nós o temos pronto



e vamos entregá-lo também dentro do prazo. Ele contempla todo o projeto executivo, com todos os dados. Nós temos de todos os prédios que compõem esse complexo o novo CPF, e vamos entregar para os senhores. Ele demonstra o custo, prédio por prédio, conforme manda a lei, e o valor de captação que nós vamos buscar no mercado, que é 2,4 milhões de reais.

Foi apontado, pelo TCU, o IGP. A FIOTEC, que é a nossa fundação de direito privado, está nos apoiando nesse empreendimento. Na realidade, nós estamos falando de um investimento de 3,4 bilhões de reais, e o nosso contrato com a FIOTEC é de 49 milhões — o Contrato nº 70/2016, que está apontado. Se nós considerarmos esses 49 milhões em cima dos dois PPA que nós recebemos, estaremos falando de 3,75%. Se nós o considerarmos em cima do empreendimento como um todo, isso significará 0,001%. Não é uma parcela significativa.

Entendemos o que o TCU coloca, mas vejam que não se trata de uma parcela significativa o empreendimento de que nós estamos falando. Na realidade, o desembolso que nós fizemos para o Contrato nº 70/2016 está em torno de 13 milhões de reais até o momento. O que nós pagamos como despesa administrativa à FIOTEC foi algo em torno de 810 mil reais.

Esse é o histórico que nós vamos apresentar. Nós já mandamos para o TCU a resposta sobre isso, que foi apontado como IGP. Nós demos prioridade a ele e o encaminhamos.

Esses serviços que nós contratamos, e para os quais pedimos apoio à FIOTEC, são de estruturação da equipe de engenheiros, acompanhamento do empreendimento, montagem do canteiro de obras, parte de consultoria e certificação de LEED, serviços de despachante para liberação de licenças de obras, entre outras coisas que esse contrato está ajudando a fazer nesse empreendimento.

Aquisição das grandes linhas de equipamentos. Como foi colocado para o TCU — e por isso eu quis trazer aqui apenas umas fotografias —, do que nós estamos falando na realidade? Isso foi uma condição colocada pela empresa que fez o projeto, a IPS, uma empresa americana. Ela disse: *“Se você não definir os equipamentos que vão entrar nessa planta, eu não poderei fechar o projeto executivo”*. Quem conhece um projeto executivo sabe que ele tem que ter um



detalhamento de tudo o que vai caber ali dentro. Infelizmente, no serviço público, nós não podemos definir nenhum equipamento a não ser através de uma compra.

Então, o primeiro processo de compra foi feito para termos os projetos, e não para termos o equipamento. Mas de que equipamentos nós estamos falando? Nós estamos falando dessas linhas. Esta aqui é uma fotografia de um liofilizador. São oito os liofilizadores. A entrega desses equipamentos ocorre em 30 meses. Esses não são equipamentos que você vai ter no dia seguinte. Nós estamos falando de equipamentos de 63 toneladas. Então, se esses equipamentos não estiverem definidos previamente, para se poder fechar o projeto executivo, não há projeto executivo.

Na imagem, essa é uma das linhas e, a seguir, outra. Os senhores vejam que o tamanho dele é exatamente esse. Vejam o número de pessoas que têm que acompanhar sistematicamente os equipamentos.

Esta é outra linha que nós temos. Há quatro linhas de envase, linhas que vão demorar 36 meses para ser entregues. Nós estamos falando de 158 metros quadrados de caixas que vão vir para cá para carregar esse equipamento e de 38 toneladas de equipamentos.

Então, esses não são equipamentos simples que nós poderíamos comprar depois da obra. Isso não existe. Fazer isso comprometeria todo o nosso trabalho perante nosso investidor. Depois que o investidor concluir, nós temos um prazo de carência para poder pagar os aluguéis. Então, nós temos que ter isso definido e instalado na obra.

Portanto, essa foi a motivação para que nós cobrássemos esse valor.

Aqui estão algumas fotografias. Eu já ultrapassei meu tempo.

Como nós dizemos sempre, o nosso trabalho não é importante só para o Bio-Manguinhos, para a FIOCRUZ, mas para toda a sociedade, para o mundo. Assim, dizemos que há sempre um pouco de Bio-Manguinhos em cada brasileiro. Aqui, com certeza, todos têm um pouco de Bio-Manguinhos dentro de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, Sr. Artur.

Vou fazer duas perguntas da Mesa.



Convido o nobre Deputado Jorge Solla a presidir a reunião, porque eu tenho que ir até a Frente Parlamentar em Defesa da ELETRONORTE. Ele vai presidir os trabalhos, fazer as perguntas dele e passar a palavra para o representante do TCU e para o representante do Bio-Manguinhos, para que façam as suas considerações finais. Depois, a discussão seguinte será sobre a questão da HEMOBRÁS, quando já deverei ter terminado minha fala lá e terei retornado. Está certo, Deputado Jorge?

Nosso nobre Deputado Jorge Solla foi SAS — Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde. Ele é profundo conhecedor da área, médico, Prefeito e com certeza tem muito a colaborar aqui no debate com relação a essa questão da saúde.

Nobre Sr. Artur e nobre Sr. Bruno, em nome do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, eu quero dizer que esse empreendimento é da maior importância para o País, daí a nossa preocupação com os problemas maiores de gestão do projeto que foram suscitados pela auditoria.

Segundo entendemos do relatório, do ponto de vista técnico a obra não tem projeto executivo pronto, nem orçamento, nem forma de construção — construção direta ou BTS — definida para uma parte importante das instalações. Do ponto de vista da viabilidade econômica de uma operação tão complexa, não conseguimos enxergar se a FIOCRUZ tem um projeto claro: se tem um modelo institucional de operação; se vai funcionar como uma empresa independente; se vai operar dentro da atual Fundação; se tem claro quais são os clientes para os quais vai destinar cada parcela da produção.

Vou formular as questões ao representante da FIOCRUZ, mas peço que o representante do TCU faça depois os comentários pertinentes a partir das informações e das avaliações obtidas nos trabalhos de fiscalização.

Passo a ler as minhas questões, que são, na verdade, questões do COI.

“Quanto ao contrato com a Fundação de Apoio, o que é que se faz por esse contrato que não se poderia obter em uma licitação normal junto a fornecedores de mercado? Qual é o estado exato do projeto executivo e do orçamento da obra no dia de hoje? Qual é o estado exato do estudo de viabilidade econômica hoje?”

Caso esse estudo esteja concluído, peço que descrevam o cenário, ou cenários concretos do projeto, principalmente no que se refere a três pontos:



estrutura institucional da operação — empresa, autarquia, PPP, ou outra —; composição da produção — quanto de cada linha iria para exportação comercial e quanto para a política de saúde —; e relações financeiras com o Orçamento da União quando de sua fase de exploração.

Quanto aos contratos de fornecimento de equipamentos já em andamento, peço que esclareça, para cada um deles, por que teria de ser executado antes da conclusão das obras de edificação.

Por fim, peço que esclareça para que etapas concretas do cronograma de obras ou serviços a FIOCRUZ prevê destinar os recursos orçamentários do projeto no ano de 2018.

Sei que são perguntas muito complexas e eu não tenho aqui, Artur, nenhuma necessidade objetiva de que você responda a tudo aqui. Faça as considerações que achar possível. Mas eu gostaria — até para poder colaborar em tudo que eu puder para que essa obra continue, porque é uma obra importantíssima para o nosso País e eu tenho consciência da importância da FIOCRUZ — que fossem encaminhadas ao meu gabinete o mais breve possível respostas concretas a essas perguntas que vou deixar com V.Sa.

Peço ao representante do TCU que também faça consideração, porque, pela relevância dessa obra, tudo o que eu puder fazer para colaborar para que ela continue eu vou fazer. No entanto, nós temos que ter dados concretos e objetivos para sanar as questões aqui colocadas pelo TCU, para encaminharmos com tranquilidade.

Então, eu queria que a assessoria tirasse cópias dessas perguntas para eu poder passá-las ao Sr. Artur e ao Sr. Bruno.

Chamo o nobre Deputado Jorge Solla para presidir o COI enquanto eu vou à Frente Parlamentar em Defesa da ELETRONORTE.

O nobre Deputado Jorge Solla é médico, profundo conhecedor da área, sabe da importância desse setor, sabe da importância da infraestrutura. Ele vai presidir e fazer suas perguntas. Os nobres Deputados que quiserem fazer perguntas poderão fazê-las. Depois serão ouvidas as considerações do Sr. Artur e do Sr. Bruno.

Obrigado, Deputado Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Boa tarde a todos.



Agradeço ao Senador Hélio José, que nos convidou para substituí-lo provisoriamente enquanto vai a outra Comissão.

Eu já vou aproveitar para trazer alguns questionamentos que gostaria de fazer. A quem não nos acompanhou informo que, mais cedo, na reunião da Comissão Mista de Orçamento, estava na pauta o Aviso nº 21, do Tribunal de Contas da União, relacionado ao tema do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos.

No debate em questão, foi trazida, pelo Relator, Deputado Hildo Rocha, a proposição de que não se afigura prudente prejudicar emergencialmente a partir dos poucos elementos ora disponíveis e da necessidade de paralisação, que foi afastada, também emergencialmente, pelo próprio TCU.

O primeiro questionamento, Sr. Bruno, que eu queria fazer é se confere essa recomendação, ou seja, se a indicação do TCU é de que não deve haver neste momento nenhuma recomendação de paralisação desse projeto frente à insuficiência de elementos para uma decisão dessa natureza.

Por outro lado, há um questionamento, referente ao mesmo aviso, acerca do contrato da FIOCRUZ com a Fundação de Apoio FIOTEC. Nesse contrato, segundo o Tribunal de Contas, haveria a evidência, a necessidade e a conveniência de um bloqueio imediato do Contrato nº 70, de 2016. O Contrato nº 23, de 2011, com natureza semelhante, já teria sido 100% executado. E o Contrato nº 70/2016 teria recebido a recomendação de bloqueio diante da constatação de que a FIOCRUZ teria total viabilidade de realizar o gerenciamento das obras sem a intermediação da FIOTEC, ou seja, o TCU considera que seria completamente desnecessária essa intermediação da FIOTEC.

Então, eu gostaria de ter essa confirmação do Tribunal de Contas da União. E do Sr. Artur, representante do Bio-Manguinhos, eu também queria saber se concorda que não há necessidade de nenhuma outra intermediação, da FIOTEC ou de qualquer outra instituição, e que a FIOCRUZ teria total autonomia e condições técnicas para viabilizar o gerenciamento desse projeto.

Na verdade, quando se fala em obra, entendo que talvez o melhor termo seja projeto, porque inclui obras, equipamentos, modelo de operação, etc. É mais do que obra física o que está em questão.



Pela apresentação dos representantes do Tribunal e da FIOCRUZ, fica claro que se trata de um projeto arrojado, ousado, um projeto que buscou inclusive uma saída no âmbito legal, pelo que foi apresentado aqui, mas eu diria que pouco usual nos marcos da nossa gestão pública tão conservadora, e, geralmente, nas opções que são utilizadas.

Essas são as primeiras observações que eu gostaria de fazer.

Só para concluir esse tema, digo que a recomendação do Relator seria a seguinte: suspender este contrato, com vistas a aprimorá-lo, ou buscar alternativa, em vez de bloquear a execução física, orçamentária e financeira do Contrato nº 70, de 2016.

Então, eu queria ouvir a posição também dos senhores acerca dessa questão.

O assunto não é exatamente este, mas, como eu não posso perder esta oportunidade, já que temos, há alguns meses, um debate nesta Casa acerca da condução do Ministério da Saúde e da FIOCRUZ sobre a produção pública de medicamentos, eu gostaria de ouvir a posição do Sr. Bruno e do Sr. Artur — nós fizemos inclusive uma denúncia ao Tribunal de Contas — acerca da produção da alfaepoetina.

A alfaepoetina é fruto de transferência tecnológica iniciada em 2004. A produção nacionalizada, com exceção do Ingrediente Farmacêutico Ativo — IFA, já vem acontecendo e sendo fornecida há alguns anos. A fábrica do IFA foi entregue pelo Ministro em dezembro do ano passado. Para surpresa nossa e de outros aqui nesta Casa, o Ministério fez uma compra emergencial, quando havia estoque desse medicamento na FIOCRUZ — estou falando bem resumidamente para não tomar muito tempo —, e nós fizemos uma denúncia ao Tribunal de Contas.

Eu queria aproveitar, Bruno, para parabenizar o Tribunal de Contas, porque essa denúncia gerou uma representação com pedido de medida cautelar. O Tribunal de Contas tomou essa decisão em 23 de agosto e determinou que o Ministério da Saúde não poderia deixar de adquirir a alfaepoetina de Bio-Manguinhos, salvo se Bio-Manguinhos não tivesse capacidade de entregar o quantitativo necessário que pudesse gerar um desabastecimento. Esta foi a única hipótese colocada.



Para nossa surpresa, o Ministério da Saúde, que antes já havia cometido o absurdo de fazer uma compra emergencial de um quantitativo idêntico ao saldo de produtos em estoque na FIOCRUZ, que é do próprio Ministério, soltou um edital, descumprindo a decisão do Tribunal de Contas da União, e, ontem, dia 28 de novembro, concluiu o registro de preço.

Eu vou dar um prêmio para quem adivinhar qual foi a empresa que ganhou o registro de preço! Quem ganhou o registro de preço foi a mesma farmacêutica da compra emergencial, a Blau, que é a mesma da compra emergencial da ribavirina, que foi feita com 3.000% de ágio em cima do preço de produção da FIOCRUZ.

Então, foi feito esse registro de preço, pouco quantitativo, suficiente para abastecer o Brasil por um ano inteiro. Ou seja, estão dizendo que vai ficar parada a fábrica de Bio-Manguinhos — que, pelas informações da FIOCRUZ, é a maior fábrica de medicamentos biológicos da América Latina e depende desse produto para funcionar. Caso contrário, hoje ela não tem como entrar em operação imediatamente com outros produtos.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para ouvir do representante do Tribunal de Contas que procedimento deve ser adotado quando o Tribunal de Contas toma uma decisão dessa natureza e o Ministério a descumpre. Pode ser imputada a responsabilidade ao Ministro? Como isso se desdobra em novos procedimentos? E gostaria de saber da FIOCRUZ se ela foi consultada, se havia impossibilidade de alguma natureza para entregar o produto.

Chamo a atenção dos senhores também para o seguinte. No mês de novembro deste ano, no dia 13, quando saiu essa matéria, já tinha havido uma recomendação do Tribunal de Contas para que o mesmo procedimento acontecesse — e aqui está o representante da HEMOBRÁS —, para que o mesmo procedimento fosse adotado em relação aos produtos que a HEMOBRÁS disponibiliza para tratamento de hemofilia e outras necessidades de hemoderivados. O Ministério também descumpriu a recomendação e fez o pregão à revelia da decisão do Tribunal de Contas da União. Felizmente, a 3ª Vara Federal de Pernambuco, no dia 13 de novembro, determinou a anulação do pregão para compra de hemoderivados, determinando que o Ministério formalizasse o pedido de aquisição de produtos na HEMOBRÁS.



Eu sei o que o senhor ainda não foi convidado a falar, mas, se puder, gostaria que confirmasse se a situação que aconteceu com a FIOCRUZ guarda semelhança com o que parece que aconteceu com a HEMOBRÁS.

Antes, vou passar a palavra para o Sr. Bruno.

O SR. BRUNO MARTINELLO LIMA - Recapitulando, então, as perguntas, primeiramente, é bom fazer uma ressalva. O que S.Exa. trouxe faz sentido, porque o Tribunal não recomendou a paralisação do empreendimento. Essa informação procede. Devido a questões sociais, econômicas e financeiras, mesmo se enquadrando em irregularidades graves, com indicação de paralisação, o TCU entendeu que era o caso de não paralisar o empreendimento. Então, ela ficou classificada como irregularidade grave, situação em que pode ser continuado o empreendimento.

No caso específico do Contrato nº 70/2016, aí, sim, houve a indicação de paralisação desse contrato. O bloqueio foi só com relação ao Contrato nº 70/2016. Então, o impacto atinge somente esse termo.

Quanto à questão de que os serviços poderiam ser feitos pela própria FIOCRUZ, não via Fundação de Apoio, o TCU entendeu que, sim, esses serviços poderiam ser feitos pela própria FIOCRUZ. Além disso, há uma questão não só de a equipe que fez a fiscalização ter entendido que a Fundação de Apoio estava sendo uma intermediária, digamos, para fazer os contratos dos projetos, como também a de que havia uma ilegalidade por não haver arcabouço jurídico para que fossem feitos esses contratos via Fundação de Apoio. Então, não se trata só de ela ser necessária ou desnecessária, há aí também uma questão legal envolvida.

Acredito que os dois primeiros pontos foram respondidos. Com relação à denúncia a respeito da compra desse produto pelo Ministério da Saúde, mesmo com a determinação do Tribunal, digo que o Tribunal é dividido em secretarias especializadas em temas. No caso, existe a Secretaria de Controle Externo da Saúde, que responde por esse assunto. Certamente, vamos levar ao conhecimento deles esse registro de preço, para eles adotarem as medidas competentes possíveis, apurar eventuais responsabilidades, caso tenha havido ilegalidades.

Nesse caso, nós nos comprometemos a levar para eles e trazer uma resposta para os Srs. Parlamentares.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Artur.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Primeiramente, eu gostaria de dizer que às colocações feitas pelo Senador eu não vejo problema em responder. Pelo contrário, porque essa resposta vem sendo elaborada e estava sendo encaminhada até a data limite que foi dada: 4 de dezembro. Nós responderemos a todas — não há problema —, porque o estudo de viabilidade, como eu disse anteriormente, está concluído, e o projeto executivo está concluído. Todas as partes que foram apontadas pelo TCU estão concluídas ou estão sendo esclarecidas. Então, eu não vejo muito problema quanto a isso. Acho que isso é fácil de entender e compreender, dada a resposta que nós já fizemos.

Quanto à acusação relativa à fundação de apoio, dizer que não é necessária, que nós não poderíamos fazer, talvez não seja verdade. Qualquer instituição pública pode fazer isso.

O que nós buscamos é o entendimento que nós precisamos que o TCU tenha de que, quando se fala de empreendimento da monta de que nós estamos falando e que nós precisamos de agilidade e que qualquer prazo e tempo que se perde significa prejuízo para o próprio empreendimento, algumas ações são muito complicadas de fazer via o próprio serviço público. Fazer isso é uma dificuldade, infelizmente.

Para se conseguir uma licença de obra no Rio de Janeiro... Quem faz qualquer obra no Rio de Janeiro sabe da dificuldade que tem para isso. E não é com o processo normal de contratação de alguém para fazer isso que você vai conseguir uma licença. É possível que o seu empreendimento fique parado.

Então, há algumas ações necessárias. É importante ressaltar que o que nós levamos para a Fundação de Apoio são aquelas ações que nós julgamos que são importantes para o projeto, que não vão causar dificuldade e que não têm significado relevante em termos de valores. Isso que nós estamos fazendo serve para agilizar o empreendimento e minimizar qualquer prejuízo.

Não vou dizer que isso não pode ser feito. Pode. Eu não sei em qual tempo. A questão é avaliarmos a questão de tempo e de recursos. O problema de fundação de apoio é que pode ser questionada, mas qualquer atividade que qualquer



fundação de apoio faça neste País pode ser feita por qualquer órgão. Não tenho dúvida disso. O que se busca com as fundações de apoio é agilizar alguns processos. É o que nós buscamos também.

Nós estamos explicando, estamos respondendo nessa linha. Se o TCU entender que não temos que fazer, vamos acatar a determinação, como sempre fizemos. Vamos acatar todas as recomendações do TCU, não vamos ficar brigando.

Mas eu acho que ela é importante, dado o empreendimento de que nós estamos falando. Nós estamos falando de um empreendimento de 3,4 bilhões de reais. Então, em alguns momentos, a autarquia — infelizmente, nós somos uma autarquia — não tem a velocidade de que necessita para fazer um empreendimento desses andar como nós gostaríamos. É por isso que nós apelamos, em algumas coisas, para a Fundação de Apoio. Então, ela colabora e está dentro da legalidade e nós estamos respondendo isso para o TCU. Nós entendemos que ela está contratada dentro da legalidade, para o desenvolvimento institucional. Esse é um projeto de desenvolvimento institucional. Então, é o nosso entendimento, que, obviamente, está para ser apreciado pelos senhores, mas nós colocamos o nosso entendimento no processo, e, aí, vamos ver se nós recebemos resposta.

Quanto aos demais itens, conforme foi dito anteriormente, nós vamos responder todos, sem problema algum. Já estão sendo encaminhados para o TCU, e vamos aproveitar e mandar também para o Senador.

Quanto ao problema da alfaepoetina, realmente foi o que o Deputado falou, houve uma recomendação do TCU, o Ministério da Saúde nos solicitou uma cotação de preços, nós mandamos e depois nós percebemos que havia uma licitação em andamento. Não temos mais detalhes, porque isso aconteceu ontem. Então, nós não temos detalhes, não conversamos com eles. Mas é uma questão em que não cabe ao Bio-Manguinhos fazer nenhuma ação. Não é o Bio-Manguinhos que vai fazer isso.

Como o Deputado falou, nós temos hoje, realmente, uma fábrica concluída, em pleno processo de validação para a produção desse produto, e temos uma linha de envase, também, em plena produção desse produto. Isso é o que nós temos hoje e que nós podemos afirmar que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Muito obrigado.



Tem a palavra o Sr. Gustavo, para responder à pergunta que fiz.

Depois passarei a palavra para o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Quero cumprimentar o Exmo. Deputado Jorge Solla, os Exmos. Senadores e Senadoras e os Exmos. Deputados e Deputadas aqui presentes, o Sr. Bruno, representante do TCU, o Sr. Artur, representante da FIOCRUZ.

A posição mais atualizada a respeito desse assunto é que a HEMOBRÁS recebeu um ofício do Ministério da Saúde solicitando proposta de preço para o fornecimento do medicamento. Se V.Exa. desejar, a HEMOBRÁS poderá encaminhar um breve relato, com o histórico de toda essa negociação com o Ministério da Saúde, que, neste momento, se encontra no fornecimento pela HEMOBRÁS de uma proposta de preço para que seja contratado o medicamento para o ano de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorge Solla) - Aguardo, então, receber a resposta por escrito.

Passo a palavra para o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Obrigado, Presidente Jorge Solla. Quero saudar o Sr. Bruno Martinello, do TCU, o nosso querido Artur Couto, do Bio-Manguinhos, o Sr. Gustavo, o Sr. Valcler, Vice-Presidente da FIOCRUZ, que está aqui presente.

Quero dizer, Presidente Solla, que nós acompanhamos atentamente esse tema. Li o acórdão detalhadamente, nós temos acompanhado esse tema que envolve a FIOCRUZ, que envolve a questão do complexo produtivo da saúde, que envolve o parque tecnológico brasileiro, nesse esforço que temos que fazer para transferir tecnologia para o Brasil e para que possamos reduzir a nossa dependência do complexo farmacêutico.

Nós estamos, inclusive, debatendo esse tema em três Comissões. Estamos discutindo na Comissão de Seguridade Social, Saúde e Família. Fizemos um seminário e na semana passada houve uma audiência pública conjunta da Comissão de Seguridade Social e Família e Ciência e Tecnologia. Estamos discutindo na Comissão de Finanças e Controle e na Comissão de Inovação Tecnológica da Saúde.



Inclusive, fizemos uma visita *in loco* à FIOCRUZ, visitamos a fábrica. Por coincidência, em algumas missões oficiais, nós visitamos também outras fábricas fora do Brasil e percebemos claramente que esse investimento que está sendo feito na FIOCRUZ e no Bio-Manguinhos, sem dúvida, não deixa a desejar a nenhuma das fábricas de biológicos do mundo e isso é muito importante.

Eu tenho colocado aqui, com insistência, que nós perdemos no Brasil algumas janelas de oportunidades importantes no século XX. Considero que a mais rudimentar que nós perdemos foi a do trem. No mundo inteiro, por toda a Europa constituíram-se as grandes cidades garantindo-se a mobilidade urbana com metrô, que é uma tecnologia importante. Nós perdemos essa janela de oportunidade e temos pouquíssimos metrô no País. Um dos grandes problemas da população urbana é a mobilidade. E nós não conseguimos embarcar tecnologia em uma locomotiva. No metrô de Fortaleza, que é o mais recente dos metrô das cidades, talvez, Fortaleza e Salvador, a locomotiva vem da Itália. Durante o século XX inteiro nós não conseguimos produzir uma locomotiva de metrô. Isso mostra que não tivemos projeto estratégico de desenvolvimento tecnológico.

Hoje, o Brasil tem 300 empresas no campo de medicamentos. Temos um grupo grande de empresas que têm inclusive se beneficiado da política brasileira de genéricos, mas o que eles fazem, na sua grande maioria, é envelopar química fina, como sais da Índia. Nós não produzimos sais. Perdemos essa janela biológica.

O que nós conseguimos fazer ao longo desses anos, com o esforço da FIOCRUZ, com o esforço do Instituto Butantã, foi no sentido de garantir pelo menos o básico, que era a vacina para as nossas crianças. Se não fosse a FIOCRUZ, se não fosse o Instituto Butantã, nós estaríamos completamente dependentes na área de vacinas. E nós estamos prestes a perder a janela dos biológicos. Perdemos a química fina, perdemos o metrô, perdemos a janela de oportunidade na área de TI, perdemos a dos semicondutores e vamos perder, com certeza...

O conhecimento produzido na UNICAMP e na USP em relação aos semicondutores não se transformou em produto, não se transformou em pesquisa e desenvolvimento. Todo o conhecimento produzido em semicondutores que nós fizemos nos anos 1980 e 1990 na UNICAMP se esvaíram, porque o Vale do Silício



chegou e nós perdemos. E vamos já perder a inteligência artificial e vamos consumir algoritmos produzidos fora do Brasil, o que é mais grave.

Eu estou colocando isso porque esse esforço — e sou testemunha, porque fomos *in loco* ver, discutir e debater — do nosso parque tecnológico público de incorporar tecnologia, de transferir tecnologia não pode ser desprezado.

Evidentemente, quanto a isso tem que ser levado em consideração todo o conjunto de coisas. Eu entendo até que o nosso arcabouço jurídico, o marco regulatório que nós temos hoje em relação às instituições públicas não é adequado à realidade que temos que dar à FIOCRUZ e ao Bio-Manguinhos.

Temos que pensar nisso. Já estou incluindo a assessoria legislativa da Casa, estamos discutindo isso. Temos que pensar num novo arcabouço jurídico, porque não estamos falando de uma instituição normal, que compra de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.666, de 1993, empenha, liquida e recebe. Não, nós estamos falando de inovação, estamos falando de pesquisa e desenvolvimento, em que é preciso haver capacidade de flexibilização e estrutura. Isso até conseguimos para os hospitais universitários. Por que surgiu a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares — EBSEH? Porque a estrutura dos hospitais universitários, no modelo tradicional, não dava conta. Temos que pensar.

Sem dúvida nenhuma, fico feliz quando colocam inclusive essa questão do Contrato nº 070, do termo, do acordo. Ele não cancela, mas suspende. Acho importante que essa suspensão seja negociada, para que não haja prejuízo.

Esse é um outro problema. Quando se começa a desenvolver uma linha de pesquisa, não se pode interrompê-la, porque muitas vezes isso seria jogar conhecimento fora. Então, a flexibilidade que a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde — FIOCRUZ tem produzido na FIOCRUZ, do ponto de vista do desenvolvimento institucional, tem que ser levada em consideração.

Senador Hélio José, estou reforçando aqui a importância do encaminhamento dado por V.Exa., chamando a atenção para o que a FIOCRUZ representa para o Brasil.

Nós debatemos esse tema na Casa, Senador, em várias Comissões: na Comissão de Seguridade Social e Família, na Comissão de Fiscalização Financeira



e Controle, na Comissão de Inovação Tecnológica da Saúde e na Comissão de Ciência e Tecnologia. Fizemos inclusive visitas técnicas, fomos pessoalmente, num conjunto de Deputados, visitar o Bio-Manguinhos e ficamos maravilhados com o que encontramos.

Em outro momento, estive com o Ministro acompanhando a inauguração de parte da fábrica, entendendo que esse esforço de transferência tecnológica que está sendo feito pelo Bio-Manguinhos, pelo Instituto Butantan, pelo Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR e por um conjunto de instituições para reduzir a dependência brasileira no complexo produtivo da saúde é fundamental e estratégico para o País. Não tenho dúvida de que o apoio que foi colocado quando se pensou nessas fundações foi justamente na perspectiva do desenvolvimento institucional.

Evidentemente, o arcabouço jurídico que temos hoje é insuficiente. Temos que começar a pensar. No caso da HEMOBRÁS, já se pensou nessa empresa. Temos que pensar em como se cria uma estrutura pública, não necessariamente estatal, paraestatal ou autárquica. Temos que pensar como é a estrutura de suporte que temos que dar à FIOCRUZ e ao Bio-Manguinhos, considerando o campo de pesquisa e desenvolvimento e considerando que, em linhas de pesquisa, toda hora é preciso contratar pessoas. Estamos diante de uma situação de expansão. A FIOCRUZ está presente em 14 Estados. No caso do Ceará, inclusive, não só está em uma estrutura de expansão na área de pesquisa e desenvolvimento, mas também em uma expansão de Bio-Manguinhos. Então, toda a estrutura tem que ser pensada.

Acho que fica para nós, da Casa e do Governo, o desafio de ver como pode ser trabalhada essa temática.

Quero reforçar a questão que foi trazida pelo Deputado Jorge Solla sobre a alfaepoetina. Visitamos o estoque. Todo o processo de transferência tecnológica já foi concluído com autonomia, e é muito ruim que o Ministério da Saúde deixe de comprar da estrutura do próprio Ministério — a FIOCRUZ e o Bio-Manguinhos são do Ministério — para comprar da iniciativa privada. Quando se faz isso, enterra-se o projeto de transferência tecnológica de autonomia brasileira, porque a nova fronteira do conhecimento está nos biológicos.



Já criamos inclusive um grupo de trabalho, por meio de requerimento aprovado hoje na Comissão de Seguridade Social e Família, para que faça o acompanhamento do processo dos biossimilares, porque a compra de medicamentos está gerando um grande tensionamento entre os prescritores — o Ministério pode comprar um medicamento lá fora, mas ele não tem validade perante a sociedade médica.

Então, todas as vezes em que falarmos de medicamentos, principalmente medicamentos biológicos, que são a nova fronteira do conhecimento, temos que pensar no conjunto de pacientes. Os pacientes estão cada vez mais empoderados. Os pacientes da área de doenças reumáticas e inflamatórias estão empoderados, acompanham e discutem tudo. Os pacientes diabéticos também têm potencial, assim como os pacientes da área oncológica.

O conhecimento médico também tem que ser levado em consideração, porque nós não estamos falando mais de medicamentos químicos, estamos falando de medicamentos biológicos. Muitas vezes, pode haver alterações imunológicas no paciente quando se muda de um medicamento desse tipo para o outro. Então, isso tem que ser acompanhado, e este é um tema que estamos desenvolvendo na ANVISA e no Bio-Manguinhos.

A FIOCRUZ já respondeu ao conjunto de recomendações que foram feitas no relatório e já fizemos uma série de reuniões. Entendemos que temos que fazer esse esforço agora, para dar mais autonomia à FIOCRUZ, a fim de que ela possa continuar se desenvolvendo, transferindo e incorporando tecnologia no Brasil para reduzir a nossa dependência no complexo produtivo da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao nobre Deputado Odorico Monteiro e cumprimentá-lo.

Cumprimento também o Deputado Jorge Solla, ex-Prefeito de Vitória da Conquista, ex-Secretário de Assuntos Sociais de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, um Parlamentar muito preparado desta Casa.

Eu espero, sinceramente, como o nosso Deputado Odorico, que façamos as devidas recomendações e correções, para que não se prejudique o Brasil. É importante continuar essa obra e reconhecer a questão da FIOCRUZ.



Eu gostaria de saber se os representantes do TCU e da FIOCRUZ gostariam de fazer considerações em relação ao que foi colocado. *(Pausa.)*

Então, passaremos à HEMOBRÁS. Eu tenho algumas perguntas do COI para os representantes da HEMOBRÁS, a respeito da construção da fábrica de hemoderivados e biotecnologia de Pernambuco da HEMOBRÁS.

“Temos aqui um contrato que gerou prejuízos enormes, mas já foi formalmente encerrado e não tem mais qualquer atividade. A Comissão entendeu no ano passado que nessas condições não haveria sequer necessidade de colocar no quadro de bloqueio, porque não haveria o que bloquear. O TCU confirma que o contrato foi encerrado e a HEMOBRÁS está fazendo um levantamento de pendências. O que nós acompanhamos agora são providências de encerramento do contrato e recuperação de prejuízos.

Quanto a isso, pergunto ao representante da HEMOBRÁS: a empresa, segundo nós entendemos, já encerrou qualquer movimento operacional e financeiro do contrato de obras. Houve nesse tempo alguma tentativa administrativa ou judicial do consórcio para continuar operando ou para receber mais algum pagamento da HEMOBRÁS? — essa é uma pergunta.

Existe algum saldo do contrato, ou seja, alguma parte do valor contratual não chegou a ser medida ou foi medida e não foi paga? Se existe, de quanto?

Como está a situação das garantias contratuais apresentadas pelo consórcio? Foram liberadas ou continuam retidas? Qual o valor dessas garantias?

Foram contratados alguns fornecimentos de equipamentos que estão em andamento. Como a empresa está contemplando o gerenciamento desses fornecimentos com o atraso do cronograma, no sentido de preservar os equipamentos, os prazos de garantia, etc.?”

Essas perguntas ficam para o senhor e para o representante do TCU.

Peço à minha assessoria que tire cópia das perguntas — ela já tirou — e passe para os dois representantes. Aquilo que não for possível ser respondido aqui hoje peço que me seja respondido por escrito, por gentileza, em 1 dia ou 2 dias, no máximo, porque eu preciso fazer as considerações para o relatório que estamos preparando.



Eu gostaria de passar a palavra aos nossos nobres Parlamentares, caso queiram fazer algumas considerações sobre a HEMOBRÁS.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. gostaria de fazer alguma observação? *(Pausa.)*

E V.Exa., Deputado Odorico Monteiro?

Com a palavra o Deputado Odorico Monteiro.

O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO - Eu quero ressaltar a importância da HEMOBRÁS como fábrica brasileira. É um grande desafio nosso tratar a questão do sangue. Esta é uma situação extremamente complexa, mas acho que temos de fazer um esforço no sentido de que a fábrica continue e de que possamos fazer essa transferência tecnológica.

Acho que uma das coisas mais importantes que aconteceram no Brasil em relação ao SUS, criado pela Constituição de 1988, foi o impacto causado pela Política Nacional de Sangue. Inclusive, o Betinho foi referência de vítima de sangue contaminado. Ele era hemofílico e morreu de AIDS.

A partir dessa Política, foi criada uma rede nacional de bancos de sangue, de hemocentros — essa rede hoje é um grife no País —, mas faltou fazer a transferência de tecnologias de última geração, que é o papel da HEMOBRÁS. Infelizmente, todo esse processo de transferência tecnológica não é uma coisa que se faça do dia para a noite. Estamos falando de contratos de 10 anos.

Por outro lado, temos que compreender a complexidade deste País em relação ao Ministério da Saúde. Nos últimos anos, Senador, tivemos um Ministro por ano. Dessa forma, não há política que se sustente, porque a instabilidade é muito grande. Em 2013, foi o Alexandre Padilha; em 2014, o Arthur Chioro; em 2015, o Marcelo Castro; em 2016 e 2017, o Ricardo Barros; em 2018, será outro, porque o Ricardo Barros será candidato; e, em 2019, outro tomará posse com o Presidente da República.

Eu sou o autor do Projeto de Lei nº 1.646, de 2015, que cria o Plano Decenal de Saúde. Nós precisamos ter estabilidade do ponto de vista da ossatura de uma política de Estado, e não de uma política de governo. A saúde não pode ser política de governo em nenhum país do mundo, tem que ser uma política de Estado.

A HEMOBRÁS tem sido vítima disso. A FIOCRUZ tem sido menos vítima, porque ela é madura, tem uma estrutura centenária, já tem todo o *know-how*, tem



1.500 doutores produzindo ciência a toda hora, publicando *paper*. Então, há uma rede de proteção da própria estrutura. A HEMOBRÁS, não. Ela tem sido vítima dessa instabilidade toda ao longo destes anos e da complexidade do processo de transferência tecnológica neste momento em que a obsolescência tecnológica é muito rápida.

Então, temos que ter autocrítica quanto à própria estrutura do Estado brasileiro e ser generosos, sem querer enterrar a HEMOBRÁS. Não estou passando a mão na cabeça de ninguém que cometeu qualquer tipo de irregularidade, que acho que tem que ser punido, pela estrutura legal do País.

Agora, a HEMOBRÁS é uma empresa brasileira. Eu tenho acompanhado inclusive as últimas resoluções do Conselho, eu acho que o Conselho tem sido fiel a essa questão de não aceitar que o contrato que foi feito com a HEMOBRÁS seja transferido para outro Estado só por interesse de um.

Então, nós temos que pensar nisso, e é nessa perspectiva que eu coloco que o atual Presidente da HEMOBRÁS e o Conselho têm feito um esforço para tentar colocar as coisas nos eixos. Aliás, a informação que eu tenho é a de que este ano a HEMOBRÁS deu lucro. Isto é importante lembrar: apesar de todas as dificuldades, ela já começa a dar lucro. Nenhum processo de transferência tecnológica se faz em menos de 10 anos, e a HEMOBRÁS precisa ter credibilidade para garantir isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Obrigado, nobre Deputado.

Deputado Jorge Solla, V.Exa. quer falar?

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE Solla - Sobre a HEMOBRÁS farei só um comentário muito rápido, porque, felizmente, o Ministério Público de Pernambuco, não sei se por bairrismo ou por razões de viabilidade e importância do projeto, conseguiu sustar uma decisão absurda que o Ministério da Saúde estava conduzindo, que era tirar todo o projeto de incorporação tecnológica nesta área da HEMOBRÁS para levar para o TECPAR, no Paraná.

Parece que o TECPAR agora é o centro de maior incorporação tecnológica em saúde do Brasil, do planeta provavelmente, não é? O TECPAR está pegando contratos que eram de outros laboratórios públicos e levando para lá, rompendo acordos anteriores.



Então, Senador, há algo muito estranho. Como é que um dos laboratórios de menor capacidade, de uma hora para outra, passa a ser aquele que recebe todos os olhares, investimentos e contratos? Acho que o TCU inclusive deveria investigar um pouquinho essa relação, considerando pelo menos o ocorrido no último ano ou 1 ano e meio. Por que contratos que estavam trabalhados com a FIOCRUZ, que estavam com a HEMOBRÁS, que estavam com outros laboratórios públicos passam a ser mobilizados para o TECPAR?

Apresento-lhe uma questão muito rápida, Senador, e o parabenizo por sua condução. Na hora em que V.Exa. não estava aqui, eu comentei que, mais cedo, na reunião da Comissão, nós solicitamos e conseguimos do Deputado Hildo Rocha e do Presidente o adiamento da decisão do Aviso nº 21, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Pelo que eu entendi, o Dr. Artur comentou que o Contrato nº 70, de 2016, com a FIOTEC, dá mais celeridade, agilidade e flexibilidade, mas não senti uma posição sua contrária à suspensão desse contrato ou contrária à possibilidade de pelo menos os próximos passos a FIOCRUZ tocar diretamente, sem intermediação da FIOTEC.

Como este assunto vai voltar à pauta, Senador, eu gostaria de ter uma clareza maior para saber se na proposta do Deputado Hildo Rocha havia uma indicação anterior de bloqueio da execução do Contrato nº 70. A proposta do Deputado Hildo Rocha, que, infelizmente, não está aqui no momento, é suspender a execução deste contrato. Então, eu queria ouvir, especificamente do representante da FIOCRUZ, a sua opinião acerca desta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Concedo a palavra ao nobre Artur. Depois, vou liberá-los porque sei que os senhores têm horário de retorno.

O senhor pode fazer as suas considerações e, depois, estará liberado para sair.

Obrigado.

O SR. ARTUR ROBERTO COUTO - Obrigado, Senador.

Deputado, quando nós fizemos a contratação da FIOTEC, enxergamos que precisamos dela para nos ajudar a dar maior celeridade ao processo e ao



empreendimento. Obviamente, se nós o fizemos foi porque nós queremos e gostaríamos de continuar. Não tenho dúvida disso.

Mas nós somos públicos e temos que atender a recomendações. Se vier uma recomendação... O TCU já aponta Indícios de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação — IGP. Se por um acaso sair uma decisão, nós vamos ter que nos adaptar. Acho que não fizemos uma avaliação do prejuízo que isso pode causar. Falo de prejuízo em termos de celeridade do processo, de dificuldade que teremos para contratar. Se for possível manter esse contrato, será tudo o que nós queremos, porque, se nós os contratamos, era necessário. Mas, se tivermos que nos adaptar a uma realidade, nós vamos nos adaptar, sabendo que isso pode trazer alguma dificuldade naquilo que nós identificamos como problemático para o empreendimento.

Nós estamos falando, novamente, de um percentual irrisório em relação ao empreendimento. A maioria das grandes obras está sendo contratada de acordo com a Lei nº 8.666, com licitação, com tudo isso. E, quando nós estamos falando da FIOTEC, estamos falando de um apoio ao desenvolvimento institucional e a esse projeto.

Obviamente, estamos aqui para escutar, entender e acatar as decisões. Mas é lógico que nós queremos que seja possível manter isso. Nós contratamos porque precisamos. Se tivermos que encerrar ou suspender o contrato por algum motivo, vamos ter que nos reorganizar e nos readaptar, até que tenhamos, quem sabe, mais tarde, um país que dê mais flexibilidade às atividades industriais. É disso que nós precisamos.

Eu tenho absoluta convicção de que, se nós tivéssemos mais flexibilidade, não precisaríamos de fundação de apoio. Continuo dizendo que nós temos uma autarquia que fatura 2,7 bilhões de reais, produz vacina, tem compromisso. É muito difícil manter tudo isso dentro de uma autarquia. Esse processo é complexo. O Ministro Benjamin diz: *“Não sei como vocês conseguem fazer uma façanha dessas. Realmente, vocês têm tudo para que as coisas deem errado, mas vocês conseguem fazer a coisa certa”*.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O nobre Deputado Jorge Solla faz essa solicitação, e eu também gostaria que ela fosse incorporada na justificativa



que os senhores vão passar para mim nos dois próximos dias. Isso virá à baila na discussão, e é importante termos um posicionamento sobre essa questão. Seus esclarecimentos já foram sólidos, importantes, convincentes. O senhor poderia aprofundar os detalhes: o que significaria a perda desse contrato com a FIOTEC para a obra como um todo. Isso vai ser esclarecedor para nós.

O senhor está liberado, como toda a equipe da FIOCRUZ.

Muito obrigado pela presença.

Tem a palavra o representante da HEMOBRÁS, para as suas considerações.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Exmo. Senador Hélio José, a HEMOBRÁS entende que é importante fazermos a apresentação que nós preparamos. Ela é importante para dar uma visão geral do empreendimento da HEMOBRÁS. Nessa apresentação, nós falamos um pouco dos riscos do empreendimento alinhado com o que os Exmos. Deputados colocaram nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - O.k.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Eu gostaria de começar a apresentação convidando o Gerente de Engenharia e Automação da HEMOBRÁS, que vai fazer a primeira parte dessa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Pois não. Fique à vontade aqui.

Com a palavra o Sr. Berlinck Enéas Araújo dos Santos, Gerente de Engenharia e Automação da HEMOBRÁS.

O SR. BERLINCK ENÉAS ARAÚJO DOS SANTOS - Boa noite!
Cumprimento todos os Deputados e a Mesa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Gostaria de iniciar lembrando sempre a função social da HEMOBRÁS — e todo mundo aqui já ressaltou sua importância do ponto de vista tecnológico — de promover melhorias na saúde da população brasileira.

Há uma série de benefícios da conclusão do empreendimento: a consolidação do Complexo Industrial da Saúde; o aproveitamento do plasma brasileiro, oriundo de doações de sangue da população — hoje o aproveitamento é feito com todo o processo de transformação tecnológica internacional —; a expressiva economia de



recursos públicos que a operação no Brasil pode trazer; e o fortalecimento da Hemorrede.

Note-se que também foi apresentada aqui a estrutura de hemocentros que se desenvolveu durante esse tempo de criação do SUS. E, mais ainda, espera-se o incremento e o fortalecimento da Hemorrede, com a presença da HEMOBRÁS, que hoje já vem atuando em várias auditorias e fazendo todo um trabalho de qualificação da Hemorrede para o fornecimento de plasma em nível industrial.

Vamos às recomendações do TCU.

Como foi apontado aqui pelo Bruno Martinello, de fato, todas as recomendações e apontamentos foram feitos em 2016. É importante ressaltar que, naquela época, não havia recomendação de paralisação do empreendimento, mas, sim, especificamente naquele contrato. No Acórdão nº 2.344, essas recomendações perduram, mas apenas no item referente à apuração, ao impacto da forma de execução do contrato. Todas as outras recomendações de não continuidade do pagamento e não renovação do contrato foram cumpridas de imediato.

As ações adotadas pela HEMOBRÁS, desde 2016, foram as seguintes: não prorrogação do contrato, que se encerrou em 30 de novembro; e não realização de pagamentos ao consórcio, inclusive essa foi uma das questões do COI. Mesmo a última medição, que tinha alguns serviços já realizados, foi suspensa, até porque era necessário levantar todo o histórico das medições para que se identificasse a existência de algum pagamento irregular e qual seria o montante para o encontro de contas, o acerto de contas final. Então, desde a recomendação de 2016, nenhum pagamento foi feito.

Quanto às garantias, foi aberto um processo de penalização. Na verdade, existem também outros processos, que serão mostrados mais adiante. E a seguradora foi informada sobre isso. Espera-se chegar ao valor final para, aí sim, apontar para a seguradora qual o valor a ser restituído.

De imediato, foi elaborado o Plano de Conservação e Retomada das Obras. Devido à paralisação imediata, ações de manutenção foram adotadas para evitar prejuízos maiores aos vários serviços em andamento.

As ações desenvolvidas até agora seguem em duas frentes principais: o inventário da obra para encontro de contas e o plano de ação para retomada das



obras. Nesse período, de 2016 para cá, temos, frequentemente, informado ao TCU os passos que damos. Por exemplo, no primeiro plano de retomada das obras, informamos ao TCU qual seria a estratégia para a divisão de lotes para recontração e também a evolução do trabalho do inventário.

Esse trabalho é bastante complicado, porque toda a planilha da obra tem que ser revista. São mais de 7 mil linhas de itens, e, para cada item, tem que ser verificado tudo que foi efetivamente pago, se é preciso pagar mais alguma coisa ou se foi pago a mais. Esse trabalho já está sendo feito com uma equipe pequena. Todo mundo sabe da proibição de novas contratações de pessoal. Por isso, é um trabalho realmente complicado.

Quanto à conservação das obras e equipamentos, nós temos hoje uma equipe de manutenção na fábrica para a primeira fase do empreendimento, que já está em funcionamento. Trata-se de um bloco destinado à triagem de plasma e expedição para fracionamento externo. Essa equipe tem colaborado para fazer todas as intervenções necessárias para a conservação das obras já concluídas. E, obviamente, fizemos também outras contratações no sentido de conservar o canteiro inteiro.

Em relação ao inventário das obras, mostrando mais detalhadamente cada uma dessas etapas, nós o dividimos em duas fases: quantitativa e qualitativa.

Na fase quantitativa são verificados todos os itens de serviços que foram realizados e comparados com o projeto para identificar eventuais divergências. Essa fase foi concluída.

Na fase qualitativa é verificado o estado em que está cada item de serviço, como ele pode ser recebido e o que é preciso para continuar. Essa fase também já foi concluída.

As duas últimas etapas referem-se a cotações e levantamento de custos novos, custos atualizados. Nós verificamos se é preciso indenizar ou cobrar de volta algum serviço específico. E isso cria dificuldades. Nós temos hoje o somatório do quanto seria reembolsado, digamos assim, porque essa conta final é a soma de várias parcelas, e cada uma delas tem uma forma de calcular, uma forma de indexar. Esse é realmente um trabalho complicado.



A elaboração do relatório final está em andamento, já começamos a escrevê-lo. A nossa previsão para conclusão desse trabalho é no dia 15 de janeiro.

Quanto à retomada das obras, nós pensamos na estratégia de trazer mais funcionalidade o mais rápido possível. As obras da HEMOBRÁS hoje estão num estado relativamente avançado, mas nós vamos priorizar algumas funções, como, por exemplo, a da logística de medicamentos. Como hoje há contratos com armazéns externos, precisamos concluir essa etapa o mais rápido possível, para que o custo com a contratação seja reduzido ou até mesmo eliminado. Para que isso aconteça, são necessárias obras de infraestrutura para energia elétrica. Então, nós priorizamos, inicialmente, todo o processo de licitação das subestações de energia, da subestação principal e sua ligação com todos os demais blocos.

Destaco que, nesse trabalho, foi refeita toda estrutura da planilha da obra. A planilha inicial não pôde mais ser aproveitada. Toda a planilha foi reestruturada, com muito mais detalhes e informações, principalmente com mais composições de custo. Era necessário informar aos contratados que parte do serviço tinha que ser concluída. Note-se que entre 50% e 60% da execução da obra da subestação está hoje concluída. Então, não é a mesma coisa contratar outra obra novamente.

A fase da subestação está em andamento. Em dezembro, teremos a abertura de propostas. O edital da Fase 2, que é a operação logística, está em elaboração, mas toda documentação técnica já foi concluída. A Fase 3, que é a parte de embalagem, importante também para avançar numa das fases de transferência de tecnologia, aguarda disponibilidade de recursos. Embora já previstos na sequência dos trabalhos, não temos ainda a certeza da disponibilidade de recursos, assim como nas demais fases.

Esta é uma situação geral e atual das obras civis. Temos aqui a planta do parque inteiro, indicando quais blocos estão concluídos e o percentual de avanço para todos os demais.

As obras de recepção, triagem, estocagem do plasma, manutenção da planta industrial, depósito de resíduos, reservatórios de água e a portaria estão todas concluídas.

As obras de rotulagem e embalagem, estocagem e almoxarifado, laboratório do controle de qualidade, estocagem de produtos químicos, estocagem de etanol e



uma linha de distribuição de utilidades, chamada de *Pipe Rack*, estão cerca de 70% concluídas, e as demais obras estão entre 50% e 70% concluídas. As obras do Bloco Administrativo e da Estação de Tratamento de Efluentes não foram iniciadas.

Relativamente ao Plano de Retomada das Obras, nós temos condições hoje de pôr em prática as Fases 1 e 2, relativas às subestações de energia e ao armazém, para redução dos contratos com armazém externo. Mas, para as demais fases, os recursos não foram liberados. Então, o plano de ação fica bem limitado a uma pequena parte indicada naquelas partes azuis. No entanto, faltando pouco tempo para terminar, os recursos estão bloqueados.

Em termos de integralização de capital, temos previstos recursos, mas ainda não realizados, na LOA de 2016 e 2017, na ordem de 344 milhões de reais. Trata-se de um recurso já aprovado em lei. Todavia, não temos o empenho de recursos para retomar as obras, não houve a liberação desses recursos.

Há outra possibilidade de aporte de recursos, via investimento de parceiro privado, na ordem de 250 milhões de reais, mas aguardamos a aprovação do projeto executivo. E, mais adiante, vou detalhar um pouco mais esse processo.

Especificamente ao contrato em questão, foram aplicadas uma multa, antes do apontamento do TCU de 2016, e uma advertência. Há outro processo em andamento, em que foi aplicada uma multa de 8% calculada sobre o valor do contrato. Aguarda-se, porém, todo esse processo envolvendo prejuízos para que ela seja bem dimensionada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Com a palavra o Sr. Gustavo Cavalcanti Simoni, para fazer o complemento dessa apresentação.

O SR. GUSTAVO CAVALCANTI SIMONI - Em relação à continuidade desse empreendimento, são necessários recursos para que possamos tocar todas as ações levantadas pelo engenheiro Berlinck. Com a aprovação de 180 milhões de reais, previstos na LOA de 2016, a HEMOBRÁS recebeu aproximadamente 52 milhões de reais, em 2016, e 26 milhões de reais, em 2017, ainda restando 101 milhões de reais a receber referentes ao ano de 2016. Esses 101 milhões de reais hoje estão como Restos a Pagar.

No caso da LOA de 2017, para a HEMOBRÁS foram aprovados 243 milhões de reais aproximadamente. Desses 243 milhões de reais, nada foi repassado em



2017, e o valor não foi empenhado ainda. Então, nós não temos garantia de que esse recurso ficará em Restos a Pagar se, por acaso, não for integralizado este ano.

É importante colocar isso porque a HEMOBRÁS tem a receber hoje 344 milhões de reais, que são necessários para a conclusão do empreendimento.

Hoje a HEMOBRÁS tem uma proposta de investimento privado pelo laboratório Shire, que é nosso parceiro de transferência de tecnologia do medicamento fator VIII recombinante, via parceria para o desenvolvimento produtivo — PDP, em que o transferidor se compromete a colocar 250 milhões de dólares no projeto, para a conclusão de blocos que serão divididos entre as duas fábricas, tanto a fábrica de hemoderivados quanto a de recombinantes, e também para a implantação do bloco industrial para a produção do fator VIII recombinante.

A implantação da fábrica completa seria em 5 anos. E a gestão e a operação da fábrica ficariam a cargo da HEMOBRÁS.

O investimento privado — estamos falando dos 250 milhões de dólares privados — para os blocos compartilhados e o bloco de produção fator VIII recombinante, mais o investimento público do que já existe hoje aprovado na LOA de 2016 e 2017, seriam suficientes hoje para a HEMOBRÁS concluir o empreendimento. Mas, para isso, esses valores precisam ser repassados totalmente.

É importante colocar que a HEMOBRÁS solicitou que fossem disponibilizados recursos na LOA de 2018 para a obra. Mas foi decidido que não existiriam recursos para a HEMOBRÁS referentes à LOA de 2018, que ainda está em aprovação.

Para a HEMOBRÁS fazer esse investimento, e a Shire participar como investidor privado, a PDP que existe hoje entre as duas precisa ser mantida.

A HEMOBRÁS apresentou, desde julho, um novo projeto executivo reestruturando essa PDP, o qual ainda se encontra em análise pelo Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde informou a suspensão da PDP da HEMOBRÁS com a Shire também no mês de julho.

Em outubro de 2017, através do Acórdão nº 2.207, o TCU determinou que, cautelarmente, o Ministério da Saúde tornasse sem efeito a decisão de suspender a PDP com a HEMOBRÁS, até que o Tribunal se posicionasse sobre o mérito da



questão. Mas, enquanto a PDP não for analisada e mantida pelo Ministério da Saúde, o investimento privado não ocorrerá.

Portanto, para conclusão da fábrica da HEMOBRÁS, o que é necessário? A HEMOBRÁS hoje possui um parceiro privado para transferência de tecnologia, disposto a investir na obra da fábrica. Como viabilizar isso? Com a integralização dos valores já aprovados na LOA e a manutenção da PDP de transferência de tecnologia com a Shire. Com os recursos já integralizados, a HEMOBRÁS concluirá o bloco B05, que é o armazém de insumos e medicamentos, e a subestação de 69 quilovolts.

Com a integralização dos recursos previstos nas LOAs de 2016 e 2017 e com o investimento privado, a HEMOBRÁS conclui a implantação do empreendimento. Sem a garantia dos recursos, não é possível licitar a contratação da finalização das obras.

Riscos da descontinuidade do empreendimento. Já foram investidos 700 milhões de reais, dinheiro que está em risco caso não se conclua a integralização de capital. Haverá a degradação dos equipamentos específicos já adquiridos. Haverá custos não previstos com manutenção e preservação das instalações de obras parcialmente entregues. Haverá a perda de todo o investimento em treinamento e qualificação de pessoal na tecnologia específica. Haverá gastos elevados com a aquisição internacional de medicamentos hemoderivados e recombinantes, haja vista o retardo na conclusão da fábrica da HEMOBRÁS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao Sr. Gustavo Cavalcanti Simoni.

Indago ao representante do TCU se deseja fazer alguma consideração sobre as duas apresentações. *(Pausa.)*

Então, desfaço a primeira Mesa, agradecendo a todos que vieram aqui, da HEMOBRÁS, da FIOCRUZ e do TCU. Estamos às ordens.

Espero receber, até no máximo segunda-feira, todas as respostas que pedimos, porque serão fundamentais para o nosso relatório.

Dando sequência, vamos compor imediatamente a segunda Mesa, porque o trabalho aqui urge.



Convido à Mesa o Sr. Stanley Rodrigues Bastos, servidor e representante do Ministério da Integração Nacional, Analista de Infraestrutura como eu, o que é uma honra. Vai falar, em nome do Ministério, sobre a obra do Canal do Sertão Alagoano, tão importante para o Nordeste brasileiro. Stanley é meu colega de profissão, colega de concurso, que tem feito um trabalho muito importante no Ministério da Integração Nacional.

Gostaria de convidar o Rafael Esteves, representante do TCU com relação a essa obra do Canal do Sertão Alagoano. Queira compor a Mesa conosco, Rafael, por gentileza. Seja muito bem-vindo! É mais um colega servidor público que nos honra muito com sua presença.

Gostaria de convidar o Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Diretor-Presidente interino da ELETROBRAS Eletronuclear, para compor a Mesa. Seja muito bem-vindo! É muita satisfação tê-lo conosco.

Gostaria de convidar o Sr. Nivaldo Dias Filho, representante do TCU com relação à obra da Usina Nuclear Angra 3, tão importante. Seja muito bem-vindo! É uma honra tê-lo aqui, mais um servidor público concursado.

Vamos começar pelo Canal do Sertão Alagoano. E, como procedemos na oportunidade anterior, primeiro falará o representante do TCU, o Dr. Rafael Esteves, que vai colocar o que está acontecendo com essa obra tão importante, que já está com as Trechos 1, 2, 3 e 4 executados, precisando da conclusão do Trecho 5, porque não faz sentido que a água chegue a um pedaço e não chegue a outro. Nós precisamos resolver esse problema.

Então, com a palavra o Dr. Rafael Lúcio Esteves, por até 10 minutos.

Fique à vontade, Dr. Rafael, para iniciar a sua apresentação.

O SR. RAFAEL LÚCIO ESTEVES - Boa noite a todos.

Exmo. Sr. Senador Hélio José, Exmos. Srs. Parlamentares presentes, senhoras e senhores, representante do Ministério da Integração Nacional, representante da Eletronuclear, vou falar sobre o Canal do Sertão Alagoano.

(Segue-se exibição de imagens.)

Trata-se de uma obra com recursos repassados pelo Ministério da Integração Nacional, da qual está em execução o Trecho 4. Para o Trecho 5, que é objeto dessa recomendação de paralização, embora ainda não haja o instrumento de



repassse dos recursos, já há a previsão, no próprio edital de licitação, de que seriam utilizados recursos federais na obra. É um contrato de 2010, contratado originalmente pelo valor de 447 milhões de reais, que ainda não foi iniciado.

O TCU constatou que há um dano potencial ao Erário no valor de 48 milhões de reais, decorrente do achado de sobrepreço pela auditoria, de preços excessivos frente ao mercado. Esse achado já foi objeto de uma decisão de mérito após 5 anos da sua constatação inicial, em 2010, após todo o processo de contraditório e ampla defesa, de análise dos argumentos tanto da contratada quanto do órgão estadual. O Tribunal, em 2015, chegou a uma decisão que quantificou esse sobrepreço em 48 milhões de reais e determinou a repactuação do contrato, de forma a sanear isso.

Como eu disse, em 2015 houve uma decisão de mérito, dada pelo Acórdão nº 2.957, do Plenário. A medida corretiva para sanear esse sobrepreço e, conseqüentemente, a IGP seria a repactuação do contrato.

Situação atual dessa irregularidade. Foi interposto recurso contra esse acórdão que determinou a repactuação, o qual tem efeito suspensivo quanto à obrigatoriedade de se repactuar o contrato enquanto não chegue a julgamento. Porém, o Relator do recurso determinou, cautelarmente, que, para que se prossiga com a execução tanto do Contrato nº 5 quanto do Contrato nº 4, que também foi objeto de determinação de repactuação, fosse feita a retenção dos valores que estivessem com sobrepreço.

Paralelamente a isso, em outro processo do Tribunal, um órgão estadual, a Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas — SEINFRA/AL apresentou uma proposta de repactuação desse contrato do Trecho 5.

Após análise dessa proposta de repactuação, o TCU constatou nela um novo indício de irregularidade, que seria consubstanciado no projeto básico deficiente. Isso foi evidenciado pelas substantivas alterações necessárias na planilha orçamentária e no projeto do Trecho 5 da obra.

Constatou-se que o contrato originalmente firmado teria que sofrer supressões de 37% do seu orçamento, seguido de acréscimo de 39% da planilha contratual. Esse possível indício de irregularidade poderia acarretar a nulidade do contrato, devido à magnitude das alterações necessárias e, conseqüentemente, aos descumprimentos dos limites de alterações impostos na Lei nº 8.666.



Eu indago, Excelência, se continuo agora sobre a obra do Canal da Vertente Litorânea, que é outra obra do Ministério da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Sim. O senhor continua fazendo a apresentação de todas as questões do Ministério da Integração. Está bom?

O SR. RAFAEL LÚCIO ESTEVES - Certo.

A obra seguinte, que também está com proposta de paralisação e é do Ministério da Integração Nacional, é o Canal da Vertente Litorânea Paraibana.

O objeto da proposta de paralisação é o contrato do Lote 3, de 200 milhões de reais, firmado em junho de 2010. O dano potencial constatado, além da possível não seleção da proposta mais vantajosa para a administração, seria também um sobrepreço de 11 milhões de reais na data-base de junho de 2016.

Também se constatou, nesse contrato do Lote 3, que, após a finalização do projeto executivo, seriam necessárias também alterações significativas com relação ao projeto inicialmente contratado, o projeto básico. Então, o projeto executivo implicaria supressões de 53% do orçamento original e acréscimos de 69% desse mesmo orçamento.

Igualmente ao caso do Canal do Sertão, essas alterações significativas implicariam o descumprimento dos limites permitidos pela Lei nº 8.666 para alteração de contratos e também uma possível nulidade do contrato.

Outra irregularidade constatada na fiscalização realizada neste ano de 2017 foi um sobrepreço decorrente dos reajustamentos necessários nesse contrato. Como o contrato é de 2010, ele prevê o reajustamento anual de preços com base em índices de mercado. Constatou-se, especificamente para os serviços de concreto e aço, que os índices nesses 6 anos em que se analisou, de junho de 2010 a junho de 2016, quase não sofreram alteração de preço de mercado. Inclusive, a maioria teve uma redução de preços.

Então, como vemos demonstrado nesta planilha, os serviços de aço variaram com um aumento no preço de, no máximo, 2% nesses 6 anos, e alguns tipos de aço tiveram redução de 20% no preço de mercado. Já no caso do concreto, houve uma redução, em média, de 7% a 8% dos preços nesses anos. Por outro lado, o contrato previa, para esses serviços um reajustamento com base no INCC, que, no mesmo



período, variou 52%. Essa diferença de reajuste previsto contratualmente implicaria um sobrepreço de 11 milhões e 800 mil reais.

Em relação a essas variações imprevistas de preços de mercado, o TCU entendeu, preliminarmente, que implicaria a necessidade de um reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para sanear aquilo que não contemplado pelo índice contratual.

Então, a situação atual dessa irregularidade é a seguinte: foi feita a análise dos argumentos apresentados pelo órgão estadual quanto à proposta de IGP; ao mesmo tempo, foi proposta nova oitiva tanto da empresa contratada quanto do órgão estadual, para haver uma decisão de mérito; e agora está se aguardando o pronunciamento do Ministro Relator.

Era isso o que tínhamos a expor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao Rafael Esteves.

Vou passar a palavra agora ao representante do Ministério da Integração Nacional, o nosso nobre Dr. Stanley Rodrigues Bastos, Analista de Infraestrutura do Ministério de Integração Nacional, que falará primeiro sobre o Canal do Sertão Alagoano.

O SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS - Boa noite a todos, boa noite, nobre Senador Hélio, companheiro de carreira, companheiro de luta, Sras. e Srs. Parlamentares presentes.

As obras do Ministério de Integração que foram identificadas como IGPs para 2017 são duas: uma, a Vertente Litorânea, é feita em parceria com o Governo do Estado da Paraíba; e outra, o Canal do Sertão Alagoano, é um lote de continuação de contratos em parceria com Alagoas.

Todas as identificações feitas pelo Tribunal de Contas no relatório são relativas a contratos firmados entre o Governo do Estado e empresas, para a execução das obras.

Nesse sentido, a proposta do Ministério foi trazer aqui o Thiago, Analista de Infraestrutura que acompanha essas obras, para fazer uma apresentação resumida do que são essas obras e qual o *status* delas dentro do Ministério. Depois o



Secretário de Obras de Alagoas, o Dr. Alzir, vai falar sobre o Canal do Sertão Alagoano, e o Secretário Deusdete vai falar sobre a Vertente Litorânea.

Portanto, queria pedir autorização para chamar o Thiago, que fará a apresentação do Ministério com relação ao nosso ponto de vista sobre essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - A autorização está dada. Muito nos honra a presença do nosso amigo Thiago Neiva, também Analista de Infraestrutura, um colega de serviço e profissional altamente capacitado.

Seja muito bem-vindo, Thiago. Você pode pegar o microfone e fazer a sua apresentação.

O SR. THIAGO BOTELHO NEIVA - Boa noite a todos. Boa noite, Senador Hélio José. Boa noite a todos os demais presentes, Senadores e Deputados.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Canal do Sertão Alagoano é uma parceria que o Ministério da Integração tem com o Governo do Estado de Alagoas. É um empreendimento que tem 250 quilômetros de extensão. O canal faz a captação da água do Reservatório de Moxotó, em Delmiro Gouveia, e conduz essa água bruta até Arapiraca.

Dos 250 quilômetros de extensão previstos, já foram pactuados com o Ministério da Integração a execução de 123 quilômetros. Até o momento, 110 quilômetros já foram executados, e Municípios já estão sendo abastecidos. O investimento total previsto é de 2,24 bilhões de reais.

Aqui está o mapa do trajeto do canal, com a captação em Delmiro Gouveia e o final em Arapiraca. O canal foi dividido em vários trechos: os Trechos 1, 2 e 3 já foram concluídos; o Trecho 4 está com 74% de execução; o Trecho 5, classificado como IGP pelo TCU, não foi iniciado; e os Trechos 6, 7 e 8 nem foram licitados ainda.

O investimento total já pactuado, como eu disse, é de 2,24 bilhões de reais, incluídas as obras complementares de eletrificação e as comportas do canal.

A previsão de conclusão do Trecho 4 é em dezembro de 2018. Quando ao Trecho 5, se o Governo do Estado conseguir sanar as irregularidades, entendemos que deve ser iniciado de imediato, para não serem paralisadas as obras do canal.

Cabe ressaltar que o Trecho 5 não foi pactuado com o Ministério da Integração Nacional. Por isso, nós trouxemos os representantes do Governo do



Estado de Alagoas para falar sobre as providências que estão adotando para sanar as irregularidades, porque eles são os contratantes diretos da obra.

Esta é uma foto dos trechos do canal que já estão executados, que já está abastecendo alguns Municípios do Sertão de Alagoas.

A outra obra, a Vertente Litorânea da Paraíba, está com classificação de pIGP e teve recomendação de IGP pela unidade técnica do TCU, porém ainda não houve decisão do colegiado.

O Canal da Vertente Litorânea é um adutor de água bruta também. A captação da água ocorre no Açude Acauã, e a água é conduzida por 130 quilômetros até, mais ou menos, o Município de Curral de Cima. Quanto à área de abrangência do empreendimento, será abastecida uma população de aproximadamente 631 mil habitantes, com o custo de 1,04 bilhão de reais.

Para contratação, a obra foi dividida em três lotes: o Lote 1 já está com 90% de execução; o Lote 2 está com cerca de 30% de execução; e o Lote 3, que está com recomendação de IGP pelo TCU, ainda não foi iniciado. O total da extensão do canal é de 130 quilômetros.

Aqui está a execução física do empreendimento, que hoje, no total, está 50% executado.

Estes são os principais achados de irregularidade apontados pelo TCU: projeto básico deficiente, com a obra licitada pelo projeto básico, mas executada pelo projeto executivo; sobrepreço decorrente de preços superiores aos do mercado, com cerca de 5% de sobrepreço no Lote 2 e 3% no Lote 3; formalização de termos aditivos sem a manutenção do desconto da proposta original, nos termos do Decreto nº 7.983, de 2013; subcontratação irregular; e utilização de métodos construtivos incompatíveis com as especificações técnicas dos serviços contratados.

Sobre o achado de sobrepreço, há uma determinação do Tribunal de Contas da União para o Governo do Estado da Paraíba repactuar esses contratos, o qual já está adotando as providências para eliminar o sobrepreço.

Quanto ao projeto básico, como a obra está sendo executada de acordo com o projeto executivo, o TCU apontou que isso ocasionou muitas alterações em relação ao que foi licitado, gerando, potencialmente, o risco de se extrapolarem os limites de supressão ou acréscimo da Lei nº 8.666.



Em relação aos outros três últimos achados, o pessoal do Governo do Estado da Paraíba já está providenciando sanar as irregularidades.

Estas foram as duas recomendações que o TCU apontou: anulação do Contrato nº 6, de 2011, do Lote 3; e expedição de medida cautelar, para que o Governo do Estado da Paraíba se abstenha de realizar os pagamentos de serviços com preços unitários acima daqueles estabelecidos como referência.

A IGP ainda não foi configurada porque ainda não houve decisão do TCU.

Em relação ao sobrepreço, este acórdão aqui citado já havia determinado anteriormente que o Governo do Estado da Paraíba repactuassem o contrato, e ele já está tomando providências para sanar essas irregularidades.

Aqui é uma foto do empreendimento, da parte que já foi executada.

Agora os representantes do Governo do Estado da Paraíba vão detalhar as providências que eles estão adotando para sanar as irregularidades e poder dar a ordem de serviço desse contrato, caso ele se mostre viável.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Quero agradecer ao Thiago e solicitar que se sente à mesa ali, para responder aos nossos questionamentos depois.

Quero chamar o Secretário de Alagoas, o Dr. Alzir, para falar a respeito da questão do Canal do Sertão Alagoano.

O SR. ALZIR LIMA - Na realidade, eu sou Superintendente de Projetos Especiais e Infraestrutura Hídrica, da SEINFRA de Alagoas. Nós estamos aqui acompanhados do nosso Secretário-Executivo, Dr. Victor Vigolvinho.

Eu quero dar meu boa-noite a todos, cumprimentar o Senador Hélio José, cumprimentar os Parlamentares presentes e os demais componentes da Mesa.

Quero começar a apresentação, Senador, fazendo um registro, dando um testemunho de como nós conseguimos um ambiente favorável, um ambiente positivo junto ao pessoal do TCU.

Esta obra do Canal do Sertão Alagoano, que é a mais importante do Estado e uma das mais importantes do Brasil, vem sendo auditada desde 2010. Foi composto um grupo de trabalho, e os auditores se dispuseram a ir ao local da obra, passaram várias semanas fazendo aferições de produtividade e de equipamentos, realmente



fazendo um trabalho exaustivo e transparente, sempre focado na proteção do Erário público.

Nós agora estamos tentando iniciar o Trecho 5, que é a continuação do canal. Como bem expôs o Dr. Thiago, já há 74% de execução do Trecho 4, beneficiando mais de 200 mil alagoanos.

A importância do Trecho 5 se dá porque uma das adutoras do Estado de Alagoas, da região da Bacia Leiteira e que abastece 19 Municípios, vai captar água do final desse trecho. Daí a grande importância de não haver a descontinuidade da obra.

Após a apresentação feita pelo Dr. Thiago, nós viemos basicamente relatar as providências que o Estado de Alagoas vem tomando para sanar essa IGP.

Quero frisar inicialmente, como o Dr. Rafael falou, que a obra não foi iniciada. Nós estamos tentando garantir o recurso para iniciar a obra.

Tão logo saiu o acórdão do TCU determinando a repactuação desse contrato e que tratava dos Trechos 3, 4 e 5, um dos primeiros ofícios de 2016 da SEINFRA — mais precisamente o Ofício nº 2, parece-me que do primeiro dia útil daquele ano, de 4 de janeiro — encaminhou uma notificação de repactuação à construtora detentora do contrato, exatamente atendendo à determinação do Tribunal. Então, desde o início de 2016, o Estado trabalha tentando tirar essa IGP.

Nós continuamos com esse trabalho e, em maio de 2016, encaminhamos novo ofício ao TCU, que, na época, nos cobrou a conclusão do estudo. O Estado, na realidade, promoveu um grande estudo de viabilidade técnico-econômica com o apoio do consórcio gerenciador da obra. E, em junho de 2016, nós apresentamos a primeira versão desse estudo de viabilidade técnica.

O contrato, como o Dr. Rafael lembrou, é de 2010. E vale salientar que o Estado já cumpriu a determinação de não reajustar a obra pelo índice do contrato, e, sim, pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI, como se feita nova licitação para a obra hoje. Então, a obra foi totalmente adequada ao SINAPI.

O valor original da planilha, se atualizado, daria 686 milhões de reais. E, no primeiro estudo de repactuação, o Estado propôs 559 milhões de reais, já praticando



uma redução de 18,46%. O Dr. Rafael mostrou, na sua apresentação, que o achado de sobrepreço na data-base do contrato era de 48 milhões de reais, ou seja, 12%.

Então, o TCU promoveu as primeiras análises desse estudo de viabilidade técnica e fez alguns apontamentos. No estudo, nós havíamos concedido as chamadas horas *in itinere*, que o TCU questionou. Nós conseguimos retirar essas horas *in itinere* e trouxemos o valor do contrato para 527 milhões de reais. Isso gerou uma redução de pouco mais de 23%, que é quase o dobro do achado do TCU.

No final de 2016, nós emitimos um novo ofício para o TCU esclarecendo mais alguns questionamentos. Na época, novamente pedimos o início imediato das obras. O TCU elaborou uma nota técnica em que, embora dissesse que os preços estavam, vamos dizer, dentro do normal, informava que, segundo a metodologia de cálculo deles, havia uma transfiguração do objeto, coisa que o Estado não entende, já que o objeto continuava o mesmo. O Trecho 5 continua com o mesmo ponto de partida e o mesmo ponto de chegada, no quilômetro 150, cumprindo rigorosamente o mesmo trajeto. Mas o Dr. Rafael focou a quantidade de serviços acrescidos e de serviços suprimidos.

Nós fizemos uma manifestação para o TCU justificando e explicando que grande parte dos serviços que o Tribunal classificou como suprimidos ou acrescidos eram, na realidade, já existentes na planilha, dos quais nós, aproveitando a *expertise* de já termos feito quatro trechos no canal, havíamos feito uma melhor divisão, o que não configurava acréscimo nem supressão de serviços. Nós apresentamos essa manifestação para o TCU, que está em análise.

É importante — eu já falei, mas vou frisar — repetir que, no último relatório produzido pela auditoria do TCU, eles classificaram o preço como aceitável e ainda identificaram um pequeno subpreço de quase 2% com relação aos valores dotados pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária — SEINFRAHidroFerrovia.

Senador, por enquanto é isso. Nós esperamos que consigamos retirar essa IGP, tendo em vista a importância do Canal do Sertão para todos alagoanos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Agradeço ao Dr. Alzir, que faz parte da equipe do nosso nobre Governador Renan Calheiros Filho.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra o Secretário Executivo de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Governo da Paraíba, o Sr. Deusdete Queiroga Filho, que faz parte da equipe do nobre Governador Ricardo Coutinho.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Exmo. Senador Hélio José, caro Stanley, Dr. Nivaldo, Dr. Rafael, representante da ELETROBRAS e demais presentes, rapidamente quero reforçar o que já foi apresentado aqui pelo Ministério da Integração.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Canal Acauã/Araçagi é uma obra importantíssima para a Paraíba, o Canal das Vertentes Litorâneas. Na verdade, é uma obra complementar ao PISF, a obra da Transposição do Rio São Francisco. O Canal capta água no Açude de Acauã e a leva até as proximidades da divisa com o Rio Grande do Norte.

Com um investimento de mais de 1 bilhão de reais, é não só a maior obra de infraestrutura da Paraíba, como também a maior obra de infraestrutura hídrica do Estado. A maior parte dos recursos é do Ministério da Integração, sendo a outra parte de contrapartida do Governo do Estado.

É um canal com 130 quilômetros de extensão e vazão máxima de 10 metros cúbicos por segundo. É uma minitransposição do São Francisco, uma vez que transpõe algumas bacias. A vazão do São Francisco é bem superior, mas é uma obra semelhante à transposição do Rio São Francisco. A obra vai dar segurança hídrica a 35 Municípios da Paraíba e beneficiar em torno de 631 mil pessoas no Estado.

Aqui há algumas fotos da obra. As funcionalidades e os benefícios da obra são: abastecimento de água nos Municípios; sustentabilidade hídrica; irrigação; desenvolvimento econômico na piscicultura; desenvolvimento da agricultura familiar e empresarial.

Podemos ver aqui outras fotos do canal que já tem, como foi colocado, mais de 50% da sua execução física.

Este é um trecho do aqueduto que cruza uma rodovia estadual.



Esta obra vem de um projeto básico que foi contratado pelo Ministério da Integração em 2004. O projeto básico foi concluído em 2007. Depois, quando a obra foi delegada ao Governo do Estado, foi contratado o projeto executivo e homologada a licitação do projeto executivo, em fevereiro de 2012. O início das obras efetivamente ocorreu já no ano de 2012, com a ordem de serviço de outubro de 2012.

A obra foi dividida em 3 lotes: Lote 1, Lote 2 e Lote 3. O Lote 1 está 91% concluído; o Lote 2 está com pouco mais de 30%; e o Lote 3, que é praticamente o objeto que está sendo tratado nos achados do TCU, ainda não foi iniciado. Há um esforço por parte do Governo do Estado, já que há recursos assegurados para a obra, para que essa questão seja destravada e que nós possamos iniciar esta obra.

Estes são os dados financeiros. Nós temos, inclusive, no Ministério da Integração, a solicitação de 35 milhões de reais dos Lotes 1 e 2 de medições já executadas, o que possivelmente, no início deste mês de dezembro, será resolvido. O total a liberar da obra completa é em torno de 406 milhões de reais. Esse é o montante de recursos que ainda faltam ser liberados para a conclusão total desse importante empreendimento para os paraibanos.

É bom destacar, Senador e demais presentes, que, segundo acórdão, a construção do Canal das Vertentes Litorâneas está classificada como obra com IGP pendente de confirmação, até porque, como colocou o Dr. Rafael, na verdade, o Governo da Paraíba, através da Secretaria, apresentou uma defesa e parte dela foi acatada pela auditoria do TCU. Então, será aberta oitiva para que, novamente, o Governo do Estado, através da Secretaria, o Consórcio Acauã e o consórcio do Lote 3, possam, no prazo de 15 dias, receber essa notificação oficial, e assim possamos novamente apresentar nossa defesa e tentar esclarecer, de uma vez por todas, essas questões apontadas.

Eu vou tentar destacar, para ser breve, os pontos mais relevantes, como foi colocado já pelo Thiago, do Ministério da Integração.

Os achados são estes cinco: projeto básico deficiente; sobrepreço no Contrato nº 5, de 2011, relativo ao Lote 2 e no Contrato nº 6, de 2011, relativo ao Lote 3. Na apresentação do Dr. Rafael, nós nos ativemos à questão do Lote 3, que ainda não foi iniciado.



E os três últimos achados têm menor relevância. Mas, acima de tudo, eu gostaria de esclarecer que a Secretaria de Infraestrutura já adotou providências para sanar todas as três questões que são, eu diria, facilmente sanáveis, e isso já está ocorrendo.

Em relação ao Achado 1, o projeto básico deficiente, eu vou ler só a resposta da Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia — SEIRHMACT, pois esse assunto já foi bem tratado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério:

Com relação à manifestação do TCU, a SEIRHMACT, na defesa apresentada, contradisse os argumentos apresentados de que o projeto básico é deficiente.

Os Contratos 4/2011 e 5/2011, em execução, e o 6/2011, ainda não iniciado, apontam para Aditivos Contratuais que terão impacto financeiro inferior a 20%, enquanto a Lei nº 8.666 tolera acréscimos de até 25%.

O Dr. Rafael colocou a questão da compensação, mas, para esse contrato específico, já há uma decisão do TCU de que é possível a compensação, uma planilha de perda e ganho. Acrescentam-se alguns serviços e reduzem-se outros. Para as obras novas que foram contratadas já depois dessa decisão é que há realmente uma vedação legal para que haja a compensação. Mas essa obra está caracterizada como possível de haver compensação.

Então, se há o argumento de que o projeto básico é deficiente, apresentamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Leite) - Dr. Deusdete, observa-se que, no Canal do Sertão, há a mesma questão.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio Leite) - Eu até conversei um pouco aqui com o nosso querido Rafael e acho que o bom senso para o Brasil é não paralisarmos a água no meio do caminho, ainda mais pelo tanto que é fundamental essa questão para o Nordeste. Precisamos levantar todas as questões históricas, as jurisprudências anteriores, para que possamos arrumar uma saída constitucional,



uma saída legal, uma saída que nós servidores públicos possamos encontrar para que realmente tenha continuidade essa importante obra para a Paraíba, para Alagoas e para o Brasil.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Perfeitamente, Senador. E eu o parabeno, por estar na Presidência desta importante Comissão. Acredito que nós, junto com o Tribunal de Contas da União, encontraremos soluções para destravar essas obras.

Concluindo a resposta da SEIRHMACT:

Os argumentos acima apresentados, e levando-se em consideração que todas as alterações visaram a melhoria técnica da obra, demonstram objetivamente que as alterações, com o advento do detalhamento do Projeto Básico (Projeto Executivo), não são significativas nem o desqualificam.

O projeto básico foi feito à época, em 2008, com base em levantamento aerofotogramétrico. E aí é bom destacar — o Dr. Rafael deve conhecer o caso a fundo — que houve um equívoco por parte da própria auditoria do TCU, quando entendeu que o projeto básico previa 17 quilômetros de extensão para esse Lote 3 e teria aumentado para 34 quilômetros. Ou seja, haveria realmente o acréscimo do dobro. Aí estava caracterizado que era um projeto básico muito deficiente, mas a própria auditoria do TCU já entendeu que não houve isso, que o acréscimo é de apenas 4 quilômetros, numa extensão grande. Um acréscimo que foi necessário, como está dito, para melhorar e otimizar a execução da obra. Então, esperamos que essa questão de projeto básico deficiente não seja um impeditivo para que possamos dar início ao Lote 3.

Na questão do Achado 2, que fala dos sobrepreços, na verdade, existem aí dois acórdãos. Existe um primeiro acórdão do Tribunal de Contas da União que identificou um sobrepreço no Lote 2 de 29 milhões de reais. Depois foi feita a defesa, por parte do Governo do Estado e do consórcio vencedor da obra, justificando que o sobrepreço teria de ser verificado no contrato como um todo e não apenas em alguns itens. E aí há um acórdão do Tribunal, de 2017, que determina que a Secretaria adote como preço aqueles preços que o Tribunal encontrou.



Então, com relação a esse suposto sobrepreço — e isso está bem dito inclusive no acórdão —, caso haja sobrepreço, que seja feito o desconto. Esse suposto sobrepreço de 29 milhões de reais, na verdade, transforma-se num subpreço, ou seja, se adotarmos a determinação do TCU, em vez de haver um sobrepreço de 29 milhões de reais, na verdade, teria que se aumentar o valor para a construtora em 1 milhão de reais. Então, isso está apresentado nesta planilha e espero ter a oportunidade de, junto ao TCU, justificar essa questão.

Outra questão que não está na apresentação, mas que foi colocada pelo Dr. Rafael, é a questão do reajustamento. O contrato é de 2010. Se os preços forem reajustados — e foi o que o TCU fez, reajustando-os para 2016 —, serão encontrados alguns itens, como foi colocado na apresentação, com sobrepreço, porque o preço reajustado está maior que o preço de mercado. Mas aí vem a questão: onde fica a segurança jurídica? Há o contrato de 2010, em que está definido um percentual de reajuste legal, que era o que se permitia no momento. Se, a cada auditoria, o TCU for comparar o preço reajustado com o preço de mercado, a cada ano, serão encontradas divergências. Alguns produtos sobem mais; outros, menos. E como já há uma jurisprudência e uma decisão do TCU para que isso seja feito globalmente, até a questão do reequilíbrio econômico-financeiro com o contrato tem que ser feita globalmente e não apenas nos itens em que forem identificadas essas divergências.

Então, com relação aos Achados 3, 4 e 5, como eu coloquei, para as demais irregularidades identificadas, a equipe de auditoria entendeu suficiente a expedição de determinações, e a Secretaria já adotou todas aquelas determinações que o TCU colocou.

Em resumo, era essa a exposição que a Paraíba gostaria de fazer. E peço, realmente, a compreensão do TCU no tocante à questão e o apoio do Senador Hélio José e de toda a Comissão, para nos ajudar a destravar essa importante obra para a Paraíba.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Deusdete.

Agradecemos a todos pelas apresentações. Um aplauso aos senhores.



Eu gostaria de colocar aqui as seguintes questões que são importantes para podermos executar o nosso relatório. Vou ler a posição e os questionamentos do COI sobre o Canal do Sertão. Não é a minha posição pessoal. Estou aqui colocando isso, porque essas informações são importantes para que possamos fazer o nosso relatório, e eu vou precisar dessas respostas precisas, para podermos caminhar e tentar, junto com o TCU e com o Congresso Nacional, não permitir que esses dois importantes Estados brasileiros, sua população e o Nordeste como um todo tenham essas obras importantes paralisadas. Então, vamos todos procurar colaborar naquilo que é possível.

Passo à leitura das perguntas referentes ao Canal do Sertão.

“Ao examinar esta obra, o que nos preocupa mais é o cenário de irregularidades e prejuízos gravíssimos em todos os quatro trechos que já foram executados. Temos que tomar muito cuidado com o tratamento do único trecho que ainda não foi iniciado.

Pergunto ao representante do Ministério da Integração Nacional: o sobrepreço está apontado pelo TCU desde o começo de 2016, pelo menos. São questões objetivas, já convalidadas pelo Congresso, mas não vemos qualquer modificação no estado dos contratos nem qualquer iniciativa de correção. O que está impedindo isso? É o Ministério que entende que o sobrepreço não existe ou é a empresa que se recusa a formalizar as correções contratuais?”

A resposta a essas perguntas é importante. Mais uma vez digo que os senhores não têm obrigação nenhuma de nos dar essas respostas precisas agora, mas nós precisamos delas. Fiquem à vontade para responder. Quem puder dar a resposta aqui agora já nos ajudará, porque o tempo urge.

“Pergunto também ao representante do TCU: o Acórdão nº 2.060, de 2017, relata que está pendente de votação uma auditoria de revisão do projeto, na qual a unidade técnica propôs a anulação do contrato, por ter sido a licitação baseada em projeto básico com graves deficiências. Isso é um fator crucial na decisão de bloqueio, porque não teria sentido desconsiderar o sobrepreço e liberar a obra se daqui a poucos dias tomamos conhecimento de problemas ainda mais graves. Poderia nos dar detalhes maiores da situação atual dessa fiscalização, dos fatos que se têm apurados até agora sobre essa nova revisão do projeto pelo Tribunal?”



Então, essas são as perguntas com relação ao Canal do Sertão. Vamos concluir o Canal do Sertão, depois eu farei as perguntas sobre o Canal das Vertentes da Paraíba.

Estou com mais uma pergunta sobre o Canal do Sertão. Pergunto ao representante de Alagoas: os novos preços de junho de 2016 já estão formalizados em contrato?

Passo a palavra ao representante do Ministério da Integração. Em seguida, falarão os nossos colegas de Alagoas.

O SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS - Bom, com relação ao contrato que foi firmado pelo Governo de Alagoas para a execução do Trecho 5, esse é um contrato, cuja parceria do Governo do Estado com o Ministério da Integração não foi formalizada. Então, pelas parcerias que há nos outros trechos, temos acompanhado a evolução da negociação do Governo do Estado com a empresa que pretende executar o Trecho 5, e a impressão que eles nos têm passado, o *feedback* que temos tido do Governo do Estado, é que as negociações já estão avançadas e já se conseguiu superar essa questão dos sobrepreços, restando apenas para poder ser discutida, junto ao Tribunal, a questão da interpretação da legislação com relação a acréscimos e supressões. Na visão do Governo do Estado, existem decisões do Tribunal de Contas que o respalda a fazer a compensação entre os acréscimos e supressões. Por outro lado, a informação que temos tido do órgão de fiscalização é que não seria possível porque existiria algum impasse com relação a isso.

Então, Alagoas já apresentou ao Tribunal de Contas uma última justificativa, que, pelo que se sabe, ainda não houve um retorno com relação a isso, mas se pretende que seja a que vai sacramentar a decisão no sentido da continuidade do contrato do Lote 5.

Então, se os representantes de Alagoas tiverem algo a mais a complementar, algo que queiram acrescentar, fiquem à vontade para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Passo a palavra ao nobre Sr. Alzir, Superintendente de Alagoas.

O SR. ALZIR LIMA - Veja bem, Senador, hoje consideramos que o Canal do Sertão Alagoano tem cumprido fielmente as determinações do TCU. No Trecho 4, onde estamos com um avanço físico de 74%, já vimos cumprindo uma decisão



cautelar do TCU, e já vimos pagando, há quase 2 anos, rigorosamente os preços apontados pelo TCU.

Paralelo a isso, nós já estamos em fase final de conclusão da repactuação desse contrato. Além de cumprir os preços determinados pelo TCU, o Estado está tentando, vamos dizer, um desconto a mais em cima desse contrato. Então, assim, o risco de prejuízo hoje ao Erário no Trecho 4 é zero, porque, como eu disse, já vimos cumprindo essa decisão cautelar do TCU e, tão logo seja concluída a repactuação, os preços estarão rigorosamente em conformidade com o TCU.

Com relação ao Trecho 5, como foi dito na minha apresentação, vimos trabalhando há quase 2 anos. O último passo do Estado de Alagoas foi fazer uma manifestação em cima de um relatório técnico da unidade técnica do TCU, justificando que não há uma transfiguração do objeto, como foi alegado pelo TCU.

Então, entendemos que todas as pendências estão sendo rigorosamente cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu gostaria de reforçar o pedido tanto ao representante do Ministério da Integração Nacional, quanto aos colegas das Alagoas — e já pedi para assessoria tirar cópia das perguntas aqui formuladas pelo COI — para nos encaminharem as respostas, se tiverem alguma complementação a fazer ou queiram colocar qualquer coisa.

O SR. ALZIR LIMA - Permita-me dizer, Senador, que nós encaminhamos, no último dia 27, para esta Comissão — como foi anteontem, possivelmente não deu tempo de chegar às suas mãos —, todas as ações feitas pelo Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Ainda não chegaram.

O SR. ALZIR LIMA - Elas foram protocoladas anteontem. Os senhores já têm isso em mão, e é lógico que estamos à disposição para algo mais que precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - De qualquer forma, as perguntas aqui foram formuladas objetivamente.

Vamos ouvir agora o representante do TCU sobre a questão do Canal do Sertão, se ele tem mais alguma colaboração a dar. Inclusive, eu fiz uma pergunta direta a ele. Em seguida, passaremos às questões formuladas para o Canal das Vertentes.



Eu gostaria de saber se os representantes dos Estados ainda estarão amanhã por aqui. Eu gostaria de recebê-los todos no meu gabinete, com essas respostas, se tiverem condição fazer isso. Podemos acertar a hora para que eu possa recebê-los, para termos uma posição trabalhada e ver como é que todos nós colaboraremos para que, dada a importância da água, não paralisemos essas obras. Nós, aqui em Brasília, estamos vivendo uma crise hídrica sem tamanho, e sabemos como a água é fundamental para cada cidade do Sertão brasileiro.

Aí, realmente, precisaremos ter todo o cuidado necessário e, principalmente, precisamos cumprir a Lei nº 8.666 e a Constituição Brasileira. E temos que ver as jurisprudências legais para que possamos, de uma forma legal, ter condições de fazer com que as coisas avancem e continuem. O que estiver ao nosso alcance, no que diz respeito à colaboração, é óbvio que vamos fazer.

Então, amanhã, eu espero receber os representantes do Ministério da Integração Nacional e os senhores, em meu gabinete, para dialogarmos um pouco mais a respeito dessas questões. Peço aos senhores que já tentem formular com mais precisão as respostas ao que foi perguntado, porque nós do Congresso Nacional e o TCU precisamos ter subsídios realmente robustos, para que essa obra tenha continuidade.

Tem a palavra o Sr. Rafael Esteves.

O SR. RAFAEL LUCIO ESTEVES - Senador, só para esclarecer, a jurisprudência do TCU também é bastante sensível quanto a se evitar paralisações de obras, evitar todos os prejuízos advindos da desmobilização, dos danos causados às obras já feitas. Então, por isso, essas obras que nós estamos analisando aqui, tanto o Canal do Sertão quanto a Vertente Litorânea, estão em execução atualmente. O Trecho 4 do Canal do Sertão está em execução. Os Trechos 1 e 2 da Vertente Litorânea estão em execução, embora nesses contratos tenham sido detectadas também as mesmas irregularidades que foram encontradas nos contratos do Trecho 5, que não foi iniciado, e do Trecho 3, da Vertente, que também não foi iniciado.

Então, o que se fez foi, adotando a jurisprudência que existe de, excepcionalmente, nesse caso de acréscimo de supressões, poder-se compensar para contratos antigos em obras em execução, para evitar paralisações, tanto no



Trecho 4 do Canal do Sertão quanto no Trecho 2 da Vertente Litorânea, o Tribunal não propôs nenhuma paralisação, apenas a repactuação dos contratos para corrigir eventuais sobrepreços.

Por enquanto, nós entendemos que, como o Trecho 4 do Canal do Sertão Alagoano, conforme apresentado pelo Ministério de Integração, tem previsão de conclusão para dezembro de 2018, haveria tempo hábil para solucionar as questões do Trecho 5, enquanto a obra avança sem paralisações até haver um saneamento desse contrato do Trecho 5, sem haver qualquer paralisação da obra como um todo, se considerarmos o empreendimento como um todo, e não cada contrato isoladamente.

Da mesma forma aconteceu em Vertente Litorânea. No Trecho 2, no Lote 2 do Canal Vertente Litorânea também houve grandes alterações da planilha, com acréscimos e supressões, mas considerando essa jurisprudência que admite excepcionalmente poder compensar, não propomos a paralisação do Trecho 2, que conta, atualmente, com cerca de 30% de execução. Então, também pensamos que haveria tempo hábil de, enquanto se executa o Trecho 2, poder sanear os problemas do contrato do Lote 3, para não haver qualquer prejuízo ao caminho das águas, nenhuma paralisação no caminho das águas por esses canais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Rafael Esteves. Com certeza, todas essas informações serão levadas muito em consideração. Eu também quero aguardar mais colaboração do senhor, que é um colega, um servidor público que está fazendo a sua tarefa brilhantemente.

Com certeza, como se colocou aqui, o TCU não tem interesse nenhum em paralisar obras, ainda mais sendo elas dessa magnitude e tão importantes para o nosso País. O interesse é que o recurso público seja utilizado da melhor forma possível. E esse é o nosso interesse aqui, o objetivo comum de todos nós.

O que foi colocado aqui com toda a clareza, pelo menos na minha compreensão, é que, se nós não conseguirmos sanar os problemas dessa obra já em construção, que falta um pedaço para acabar, se tivermos de recorrer, há toda uma situação, como a paralisação das etapas que teriam que ser feitas para poder iniciar a obra, pode haver prejuízos insanáveis e maiores depois. De repente, com



uma nova licitação, o preço do metro linear vai ficar bem mais caro do que seria se resolvêssemos essa parada por aqui.

Então, é essa questão que nós precisamos analisar, com todo o cuidado, observando a legislação, com toda a legalidade possível, e ver se há alguma saída. É isso o que pretendemos construir juntos, a quatro mãos: Governos envolvidos, Ministério envolvido, TCU e Congresso Nacional, Comissão Mista de Orçamento. Faremos o que pudermos — e eu tenho certeza de que o TCU será parceiro nisso — para avançar no sentido de atender essa obra que é capital, a principal obra do Estado de Alagoas, e essa outra obra que também é capital e principal obra do Estado da Paraíba. Brasília tem milhares de nordestinos, tanto de Alagoas quanto da Paraíba. Eu tenho certeza de que milhares de familiares dessa turma aí vão nos honrar muito se eu, como responsável por essa questão, e o senhor, também como responsável — porque somos servidores públicos — conseguirmos uma forma adequada de agilizar o expediente de maneira correta, transparente, lícita.

Então, é isso que nós esperamos construir. E, com certeza, nós chegaremos, a uma solução. Se tivermos que licitar, vamos licitar. Se houver uma saída, vamos ver a saída que é possível construir.

Obrigado. Eu fico muito agradecido.

Vamos passar para as questões do COI referentes à Vertente Litorânea, da Paraíba.

“Pelo que entendi, nós estamos tratando da obra do Lote 3, que ainda não foi iniciado e nem pode ser tocado porque há pendências de desapropriação — o Tribunal sugere que para os Lotes 1 e 2, estando muito avançados, não recomendaria paralisação. Existem problemas de preços superiores ao mercado, mas em pequena proporção frente ao valor do contrato.

O problema central foi que o projeto licitado estava tão mal feito que, na prática, foi licitada uma obra e contratada outra, de tão diferente que estão os serviços do contrato em relação às planilhas de licitação. Então, a questão que se coloca é respeitar o princípio constitucional da licitação, evitando que se manipulem as licitações para que os licitantes disputem uma coisa e, depois, a vencedora receba outra.”



Pergunto ao representante do Ministério e ao representante do Governo da Paraíba.

“Existe um cronograma homologado, validado pelo Ministério, de execução pretendida das obras no ano de 2018, diante do quadro de impedimentos por desapropriação e dos questionamentos do TCU?”

Essa é uma pergunta que fica registrada. Queremos saber se existe esse cronograma homologado.

“O Ministério concorda com alterações, do projeto licitado, tão grandes como essas que verificamos — acréscimo de serviço de 69,77% e supressões de 53,61% em relação ao valor original? Que tipo de reflexo haveria nas suas próprias negociações com os gestores estaduais e municipais, caso eles verifiquem que o Governo Federal admite esse problema?”

Pergunto também ao representante do TCU: que consequências têm para administração e o mercado de construção a tolerância com mudanças tão extensas de serviços entre o que foi licitado e o que foi contratado?”

Então, essas respostas, é óbvio, são importantes para a consultoria do Senado, para a consultoria da Câmara, pois vão nos ajudar a construir o relatório sobre essa IGP. Por isso os senhores receberão essas perguntas por escrito, terão direito agora a fazer as considerações que acham pertinentes, não se preocupando em ter que responder tudo aqui. O que eu preciso é da resposta escrita, fundamentada, para que nós possamos achar a melhor saída possível.

Assim, eu vou distribuir as perguntas aos representantes do Ministério, Governo da Paraíba, do TCU e do Governo das Alagoas.

Então, feitas as minhas perguntas, eu gostaria de passar a palavra ao representante do Ministério da Integração Nacional, para fazer suas considerações sobre o Canal da Vertente.

O SR. STANLEY RODRIGUES BASTOS - Com relação ao cronograma de execução das obras da Vertente Litorânea, é fato que ele tem sofrido alteração e tem sido postergada a nossa previsão do Canal da Vertente. Mas o entendimento do Ministério é que o que tem causado essa postergação na data de entrega é o impasse que existe com relação ao contrato do Lote 3, que já poderia ter sido iniciado. Como é uma obra linear, porque ele não depende de o Lote 2 estar



concluído para dar início ao Lote 3, essa obra já poderia ter sido iniciada. Todavia, como existe uma insegurança jurídica com relação a um contrato, o Governo da Paraíba ainda não se sentiu à vontade para emitir a ordem de serviço para poder dar início às obras.

Com relação à questão de desapropriação, nós temos a experiência do Projeto de Integração do Rio São Francisco — PISF, e sabemos que fazer a execução de uma obra linear dessa extensão significa encontrar pontualmente uma ou outra dificuldade com relação à desapropriação. Mas, como foi dito, é uma obra linear. Você pode ir tocando outras frentes, enquanto uma equipe específica está resolvendo aquele problema. Então, o grande problema que vemos hoje, com relação à execução e ao prazo de finalização da Vertente Litorânea, é a questão da solução que vai ser dada para o contrato do Lote 3.

Com relação à questão de acréscimos e supressões, realmente existem percentuais altos de acréscimos e supressões, mas uma vez que se faça a compensação de um com o outro, gera-se um impacto dentro do contrato inferior a 20%. Então, para nós isso está equacionado, porque o Ministério é o grande financiador dessa obra, é uma obra em parceria, existe recurso de Governos de Estado também, mas a grande parte dos recursos é do Governo Federal.

Então, dentro desses valores que têm sido apresentados pela Paraíba, de acréscimos financeiros para financiamento da obra, entendemos que está dentro da expectativa para uma obra dessa magnitude, que está sendo executada. Então, se o representante do Governo do Estado tiver algo a mais para poder complementar as informações que eu dei, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Passo a palavra ao Dr. Deusdete, em nome do Governador da Paraíba.

O SR. DEUSDETE QUEIROGA FILHO - Muito rapidamente, complementando o que o Dr. Stanley colocou, a expectativa do Governo do Estado é que no final de 2018 essa obra possa estar efetivamente concluída. O prazo de contrato para esse Lote 3 é de 12 meses. Seria 1 ano a partir da ordem de serviço. Então, a expectativa nossa era poder conseguir isso.

Com essa insegurança que foi colocada por Dr. Stanley, por conta dos apontamentos do TCU, vem se protelando isso. Caso a decisão seja por uma nova



licitação, o senhor há de convir as implicações que isso teria. O próximo ano é um ano eleitoral, teremos as vedações legais de não poder, em determinados períodos do ano, dar ordem de serviço, etc., e isso iria, sem dúvida, atrasar em praticamente 1 ano.

Então, a expectativa do Governo é que possamos fazer isso, sem trazer qualquer dano ao Erário, apenas tendo que fazer esse tipo de compensação, com o que concorda o próprio Ministério da Integração, que é grande financiador da obra, e também se houver o entendimento do TCU nesse sentido. Até porque o acréscimo, apesar de parecer sim realmente significativo — 69% de acréscimo e pouco mais de 50% de decréscimo — é acréscimo em itens de serviço. Mas todos os itens já estão previstos no contrato, são itens cujos preços já estariam predefinidos, até pelo acórdão anterior do TCU. Então, temos também o mesmo entendimento do Ministério da Integração de que isso não seria um problema.

Se houver o destravamento e a possibilidade da ordem de serviço, no final de 2018, estaríamos com essa obra concluída, os Lotes 1, 2 e 3, trazendo benefícios, como ela trará, para a Paraíba e os paraibanos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Muito obrigado, Dr. Deusdete.

O TCU tem alguma consideração para fazer sobre a Vertente? *(Pausa.)*

Então, eu quero agradecer a todos e liberar os colegas do Ministério da Integração Nacional, do Governo da Paraíba e do Governo de Alagoas e também o nosso nobre Rafael Esteves.

Vamos para a última etapa.

Eu gostaria que o Dr. Leonam se sentasse aqui ao meu lado e que o nosso nobre Nivaldo também se sentasse mais perto, para terminarmos essa maratona de hoje.

Passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Nivaldo Dias Filho, pelo prazo de 10 minutos, para que apresente as questões relativas à Eletronuclear.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Boa noite a todos.

Cumprimento o Senador Hélio José e as demais autoridades e Parlamentares, como também o representante da Eletronuclear e dos demais órgãos e entidades aqui presentes. Antes de tudo, agradeço por mais esta oportunidade de o TCU vir aqui apresentar os seus trabalhos nesta Casa.



Começo, sem mais demoras, falando sobre a Usina Termonuclear de Angra 3.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta ilustração mostra as várias unidades de que é composta esta obra, esta usina, sejam unidades nucleares, sejam as chamadas não nucleares.

A Usina Termonuclear de Angra 3 é uma usina de 1.405 megawatts e suas obras estão paralisadas desde outubro de 2015. Como está registrado ali, já foram investidos nesta obra cerca de 8,5 bilhões de reais e há um percentual executado declarado de 64%, de acordo com vistoria feita em 19 de abril de 2017 pelo TCU.

Estudos realizados demonstraram que a descontinuidade desta obra implicaria custo de 12 bilhões de reais, a sua conclusão, 17 bilhões de reais, o que totalizaria 25,5 bilhões de reais ou cerca de três vezes o valor inicialmente orçado.

O foco do TCU na auditoria de 2017, tendo em vista que a obra está paralisada — esta é uma imagem de Angra 1 e Angra 2, visto que Angra 3 está nesta situação aqui hoje —, era verificar se a Eletronuclear estava tomando as medidas para preservar as obras, os equipamentos e também mitigar os efeitos, melhor dizendo, dessa paralisação.

A boa notícia é que o Tribunal constatou que a Eletronuclear está, sim, fazendo isso de uma maneira satisfatória, bem como está tomando as medidas para o saneamento das irregularidades.

Temos três contratos com indicativos de irregularidades apontados pelo Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Nobre Nivaldo, só uma interrupção.

Eu tenho que me ausentar para receber agora uma homenagem dos servidores públicos do Brasil, e fui homenageado aqui com a presença da nobre Deputada Gorete Pereira, que vai presidir os trabalhos para nós agora.

Então, eu gostaria de passar a Presidência do COI neste momento para a nobre Deputada Gorete Pereira. Vou passar a S.Exa. também as perguntas do COI que precisam ser formuladas aos nossos nobres representantes da ELETROBRAS. S.Exa. fará as perguntas oficiais, além de outras que queira fazer.



Como está sendo o procedimento aqui, minha nobre Deputada guerreira? O representante TCU fará sua apresentação, por 10 minutos; em seguida, o Leonam, Presidente interino da ELETROBRAS, fará as considerações dele; e, por fim, V.Exa. fará suas considerações e perguntas, e devolverá a palavra a eles, está bom?

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Senador Hélio José) - Eu fico muito agradecido a V.Exa. por estar aqui comigo, ajudando-me nesta audiência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Dando continuidade aos trabalhos, continua com a palavra ao Sr. Nivaldo Dias Filho, Diretor da Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas — SEINFRA do TCU.

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - Cumprimento também a nobre Deputada, assim como já fiz com os demais.

Continuando, esse contrato das obras civis tem indicativo de Indícios de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação — IGP, com as características que vocês podem verificar na apresentação. Esse indicativo de IGP se deu por dois achados: ao superfaturamento de 303 milhões, valores iniciais, atualizados para 535 milhões; e à gestão fraudulenta do contrato. E foi confirmado por decisão monocrática do Ministro-Relator no finalzinho de 2016. Mais recentemente, após essa fiscalização de 2017 do TCU, foi confirmado pela estatal que o Contrato 223/83, contrato de obras civis, foi anulado pela Diretoria Executiva e, na época, estava pendente de homologação pelo Conselho de Administração.

Diante dessa informação, a unidade técnica já se manifestou favoravelmente à remoção do IGP desse contrato, e o processo aguarda deliberação do Plenário. Naturalmente, esta audiência pública é também uma oportunidade para termos notícias novas, caso a Eletronuclear, na sequência, as tenha.

Outro contrato é o chamado Pacote Civil 2, que apresentou irregularidades relacionadas ao procedimento licitatório, que estão detalhadas ali; e o Pacote Eletromecânico 2, que teve irregularidades relacionadas à execução do contrato, à pactuação de aditivos insuficientemente motivados e a indícios de descompasso físico-financeiro e de falhas na fiscalização contratual, que até mesmo já foram admitidas.



Diante desse cenário, em decisão monocrática, no final do ano de 2016, o Tribunal determinou a paralisação e também a retenção de valores, algo que foi confirmado pelo Acórdão nº 1.348, de 2017, do TCU-Plenário, que comunicou que persistiam os motivos iniciais apontados nesses dois contratos.

Sem nada mais a declarar, encerro e me coloco à disposição para perguntas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Em discussão. (*Pausa.*)

Como não há quem queira discutir, passamos agora a palavra ao Sr. Leonam dos Santos Guimarães, Diretor-Presidente interino da ELETROBRAS.

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Primeiramente, Deputada, eu queria agradecer a oportunidade de nós trazermos essas informações aqui, complementando as informações que o TCU já apresentou. Também quero registrar que nós já apresentamos a nossa resposta ao pedido de informações. Hoje pela manhã nós a protocolamos e, inclusive, encaminhamos cópia ao TCU desse documento.

Na realidade, os indícios de irregularidade apontados pelo TCU se referem, como bem já falou o colega Nivaldo, ao contrato de obras civis, ao contrato de titularidade da construtora Andrade Gutierrez e aos contratos de projeto, tanto eletromecânico quanto civil, e de titularidade da empresa Engevix.

Ora, independentemente dos achados de auditoria do TCU e anteriormente a isso, a Eletronuclear abriu processo administrativo para a anulação desses contratos, com base no oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Federal, junto à 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, dentro do contexto da Operação Lava-Jato. Ou seja, esse processo administrativo para a anulação foi lançado com base não nos achados de auditoria, mas, sim, na denúncia feita e aceita pelo Juiz Bretas sobre essas duas empresas.

Na verdade, a criação dessas comissões especiais para o contrato da Andrade Gutierrez se deu em 3 de agosto de 2016. Também foram criadas comissões para esses dois contratos da Engevix. Esses processos administrativos tiveram andamento, com direito à ampla defesa, a todo o procedimento do rito legal, até que este contrato da Andrade Gutierrez foi declarado nulo em 15 de novembro de 2017, conforme publicado no *Diário Oficial* desse dia — estamos anexando as publicações do *Diário Oficial*. E os dois contratos da Engevix foram igualmente



declarados nulos em 10 de outubro de 2017. Ambos os processos passaram pela declaração de nulidade da Diretoria Executiva e foram homologados pelo Conselho de Administração. Foi aberto prazo de recurso, houve recurso da Diretoria Executiva da construtora, recurso ao Conselho de Administração, mas ambos não foram acatados. O fato é que esses três contratos hoje são nulos de pleno direito.

A situação que nós vivemos, no caso desses três contratos, é de apuração de prejuízos e de busca de ressarcimento. Seguindo a própria orientação do TCU, numa instrução de 14 de outubro de 2016, a Eletronuclear instaurou uma avaliação independente a respeito dos prejuízos causados pela gestão fraudulenta desses contratos, do conluio entre os administradores da empresa e os administradores da contratada e da própria Eletronuclear. Só um parêntese: os administradores envolvidos nesse conluio ou nessas fraudes já foram julgados e estão aguardando o trânsito em julgado de suas respectivas sentenças, todos os envolvidos na gestão desses contratos.

Hoje nós estamos numa fase de avaliação de prejuízos para poder buscar ressarcimento na Justiça. Como a nulidade é feita em sede administrativa, a busca de ressarcimento terá que ser em sede judicial.

A aplicação de penalidades administrativas a esses contratos foi suspensa, porque o Ministério da Transparência avocou para si a fase de penalidades, na medida em que esse Ministério estaria em processo de negociação de acordos de leniência com algumas dessas empresas envolvidas. Não sabemos exatamente quais seriam elas e nem o estágio disso, mas o fato é que esses processos administrativos foram concluídos, tiveram declarada sua nulidade e foram encaminhados em bloco — todo o conjunto do processo — para o Ministério da Transparência, por solicitação desse próprio Ministério. Então, não foram aplicadas penas administrativas por essa razão.

Nesse processo atual de apuração de prejuízos causados, tanto pela Andrade Gutierrez quanto pela Engevix, no caso da Andrade Gutierrez foi feita uma avaliação independente, como eu já disse, indicada pelo próprio TCU. Essa avaliação foi encaminhada e apresentada oralmente ao TCU pelo avaliador independente. Durante a reunião, o TCU acrescentou alguns itens, porque ele queria que fosse feita a avaliação desses prejuízos. Hoje encontra-se em processo de contratação de



aditivo daquele contrato original, com avaliação independente, para que seja feita essa complementação determinada pelo TCU.

No caso dos dois contratos da Engevix, eles se encontram hoje em processo de contratação, com avaliação independente, para nos gerar esse tipo de avaliação do prejuízo causado, de forma que nós possamos entrar com ações buscando o ressarcimento.

Nós estamos discutindo a colocação dessas ações. Elas ainda não foram propostas, porque se está discutindo a possibilidade de propor essas ações antes mesmo de concluir essa avaliação do prejuízo. Eu não conheço bem os aspectos de direito envolvidos, mas existe essa possibilidade de a avaliação ser feita ao curso da ação. Então, nós deveremos entrar com essas ações de ressarcimento num prazo mais curto. Era uma discussão jurídica, mas isso ficou definido.

Nessas condições, eu acredito que os indícios de irregularidades já levaram à nulidade dos contratos e não induziriam, no nosso entendimento de leigo, no caso, a um indicativo de paralisação, dado que esses contratos não existem mais, eles foram anulados. Hoje, nós estamos, como eu disse, na fase de apuração de ressarcimento dessas empresas.

Só para concluir e não me alongar muito, nessa mesma carta nós colocamos que, na realidade, o problema de paralisação das obras de Angra 3 como um todo, e não exclusivamente desses três contratos, está muito mais ligado ao colapso, podemos chamar assim, da estrutura de financiamento que foi montada para o empreendimento, nos idos de 2009, 2010, quando se considerou uma série de premissas que acabaram não ocorrendo, independente dessas irregularidades e até dessa gestão fraudulenta. Ou seja, o colapso, vamos chamar assim, da estrutura de financiamento precede o fato, a identificação dos crimes de que a Eletronuclear foi vítima por conluio entre contratados e dirigentes da própria empresa.

Então, nós anexamos, para efeito de informação a esta Comissão, o contexto geral da empresa hoje. As dívidas decorrentes dessa desestruturação do financiamento de Angra 3 — baseado em Angra 1 e Angra 2, que são usinas extremamente saudáveis, rentáveis, viáveis e de bom retorno — estão tão comprometedoras que podem levar até mesmo à descontinuidade operacional de



Angra 1 e 2, por estarmos arcando com dívidas com as quais nós não temos condições de arcar.

Esse é um anexo que nós fazemos a essa apresentação. Ela não está ligada diretamente ao tema IGP, mas eu acho importante a Comissão conhecer essa situação atual.

Então, nós nos colocamos à disposição para esclarecer qualquer questionamento adicional. Acho que eu trouxe algumas informações que o colega do TCU não sabia em que pé estavam. Mas deixo claro: os três contratos estão anulados, com publicação já feita no *Diário Oficial* e sem alternativa administrativa.

Agradeço a atenção de todos e devolvo a palavra à Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Gostaria de agradecer ao Dr. Leonam, Presidente interino da ELETROBRAS, pela apresentação.

Gostaria de saber se o representante do TCU deseja fazer alguma observação. (*Pausa.*)

Como S.Sa. não deseja fazê-lo, informo a todos que existem duas perguntas a serem feitas. Uma delas é dirigida ao TCU.

O relatório do TCU dá conta de que a empresa está conduzindo todos os processos de anulação dos contratos paralisados — foi o que ele disse — e de apuração dos prejuízos, bem como tentando conservar os bens já produzidos ou recebidos na obra. As dificuldades nesse processo de recuperação são um exemplo gritante da importância do nosso bloqueio das despesas irregulares: se o prejuízo não for barrado na saída do dinheiro, a recuperação posterior é um verdadeiro calvário.

Hoje o horizonte maior de nossas preocupações é a viabilidade de continuar o empreendimento.

Pergunto ao representante da Eletronuclear: os três contratos paralisados na lei orçamentária, um de obras civis e dois de engenharia, estão ainda cumprindo alguma das etapas do processo de formalização administrativa da anulação, correto?

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Já foram concluídos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Então, está correto.



Outra pergunta: algum deles já foi declarado formalmente anulado em última instância administrativa, sem que essa anulação tenha sido objeto de nenhum questionamento judicial?

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Como eu tinha dito anteriormente, o processo administrativo dos três contratos já foi esgotado, todos foram declarados nulos. E, até o momento, já faz algum tempo que essa declaração foi feita, as empresas não buscaram a via judicial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Então, não houve nenhum questionamento judicial.

Essa é uma pergunta para o TCU: como estão os trabalhos de verificação de orçamento e cronograma para a retomada da obra?

O SR. LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES - Sobre esse tema nós realmente não falamos. Esse tema é objeto de estudos já há bastante tempo. Nos últimos tempos, avançamos bastante nesse sentido, na estruturação do novo modelo de negócio para a retomada de Angra 3.

Certamente, a retomada não será feita nos moldes originais. Quais são os moldes originais? A Eletronuclear recebe um financiamento público e contrata as obras. Esse modelo é inviável hoje, dadas as circunstâncias até de oferecimento de garantias para esse financiamento.

Hoje se está estudando e se desenvolvendo um modelo que envolve parcerias internacionais, que iriam entrar como sócias, garantidas as limitações constitucionais, do empreendimento, alocariam os recursos para a sua conclusão e receberiam, obviamente, o retorno da produção ao longo dos 40 anos de vida da usina.

Esses entendimentos estão bastante avançados. O problema de fechamento desse modelo é que ele tem uma forte dependência do contexto mais amplo, que é o da privatização da ELETROBRAS. Muito provavelmente, segundo o projeto de lei que deverá tramitar no Congresso, haverá a separação da Eletronuclear e da Itaipu, transformando-as em outra empresa pública, separando-as da ELETROBRAS.

Então, para fechar um modelo consistente que possa ser aplicado, nós aguardamos algumas definições cruciais sobre esse processo que se encontra em



andamento e é bastante discutido hoje no País todo, especialmente no Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Exatamente.

Então, com essa sua manifestação, fica respondida mais uma pergunta que é a seguinte: existe também uma revisão do cenário econômico-financeiro para o projeto como um todo? É exatamente o que V.Sa. já respondeu.

Gostaria de fazer algum questionamento, Sr. Nivaldo?

O SR. NIVALDO DIAS FILHO - O TCU tem um processo que está monitorando justamente essas tratativas de reestruturação. Dessa forma, o Tribunal vai ter a oportunidade de acompanhar o desenrolar de toda essa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Gorete Pereira) - Como não há mais ninguém que queira fazer pergunta, vou encerrar a presente reunião.

Antes, porém, lembro que amanhã, dia 30 de novembro, neste plenário, às 14h30min, daremos continuidade à solicitação do COI, através da reunião de audiência pública, na qual serão ouvidos representantes do TCU e dos seguintes órgãos: Ministério dos Transportes, Ministério das Cidades, Ministério do Esporte e da PETROBRAS.

Agradeço a todos a presença.

Declaro encerrada a presente reunião.